



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2008

Relatório de Actividades de 2008

Índices de Figuras, Quadros e Gráficos	3
Lista de Siglas Utilizadas	5
1. Nota Introdutória	7
2. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.	8
3. Actividades desenvolvidas segundo as principais linhas de actuação da FCT	13
3.1. Reforço da formação e qualificação para o desenvolvimento tecnológico e inovação	13
3.1.1. Contratação de doutorados para o SCTN	18
3.2. Desenvolvimento de uma rede moderna de instituições de I&D	22
3.2.1. Financiamento de unidades de I&D	22
3.2.2. Financiamento dos Laboratórios Associados	24
3.2.3. Projectos apoiados no âmbito do Fundo Social Europeu	28
3.2.4. Reforma dos Laboratórios do Estado e criação de consórcios	29
3.2.5. Programa Nacional de Re-Equipamento Científico (PNRC)	30
3.3.6. Programa Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)	33
3.3. Promoção da produção científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	36
3.3.1. Projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico	36
3.3.2. Actividades realizadas	38
3.3.3. Execução financeira	46
3.3.4. Procedimentos de melhoria postos em prática	47
3.4. Cooperação Internacional em C&T	49
3.4.1. Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais	49
3.4.1.1. Conselho de Ministros da Competitividade da UE	49
3.4.1.2. Construção do Espaço Europeu de Investigação	49
3.4.1.3. Outras actividades de âmbito comunitário	55
3.4.1.4. Relações bilaterais	56
3.4.1.5 Relações multilaterais	61
3.4.1.6 Cooperação com os países da CPLP	67
3.4.2. Parcerias Internacionais em C&T	68
4. Reforço e consolidação da capacidade operacional da FCT e melhoria da qualidade do seu desempenho	70
5. Recursos necessários	71
5.1. Recursos Humanos	71
5.2. Recursos Financeiros	74
5.2.1. Orçamento da FCT	74
5.2.2 Orçamento de Funcionamento	76
5.2.3 Orçamento de Investimento (PIDDAC)	77
5.3. Equipamentos	78
6. Nota final	79

ANEXOS

Anexo 1 QUAR de 2008

Anexo 2 Lista dos Laboratórios Associados

Anexo 3 ESFRI - projectos com participação portuguesa

Anexo 4 Relatório da Formação Profissional da FCT em 2008

Anexo 5 Balanço Social 2008

Anexo 6 Resultados da avaliação do desempenho em 2008 (SIADAP 2 e 3)

Anexo 7 Relatório da execução orçamental e financeira em 2008

Anexo 8 Síntese da Execução do Orçamento da FCT em 2008 (OF e PIDDAC)

Índice de Figuras

Fig. 1 – Organograma da FCT, IP (Dezembro de 2008)

Índice de Quadros

Quadro 1 – Bolsas de Doutoramento 2008 – BD

Quadro 2 – Bolsas de Pós-Doutoramento 2008

Quadro 3 - Apoios FACC por tipo de pedido – 2008

Quadro 4 - Financiamentos no âmbito dos Apoios Especiais - 2008

Quadro 5 - Despesa validada no ano de 2008

Quadro 6- Evolução da Despesa de Gastos Gerais validada

Quadro 7- Evolução do Número de Pedidos de Pagamento de Gastos Gerais analisados

Quadro 8 – Concursos Abertos em 2008

Quadro 9 - Medalhas L'Oréal

Quadro 10 - Execução Orçamental do Projecto 3599

Quadro 11 - Execução Orçamental do Projecto 5876

Quadro 12 – Execução Financeira de Projectos por Programa de Financiamento

Quadro 13 - *Networking Programmes* – novas redes em 2008

Quadro 14 - Estrutura da contribuição nacional para a ESF – 2008

Quadro 15 – Plano de acção da implementação do SIADAP em 2008

Quadro 16 – Síntese da execução do orçamento - OF e PIDDAC – por fontes de financiamento em 2008

Quadro 17 - Análise comparada da despesa paga pelo Orçamento da FCT em 2007 e 2008

Quadro 18 – Síntese da execução do OF, por fontes de financiamento, em 2008

Quadro 19 - Síntese da execução do PIDDAC - por fontes de financiamento em 2008

Quadro 20 – Aquisições efectuadas em 2008

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos anúncios publicados por Instituição Proponente

Gráfico 1 – Distribuição dos lugares solicitados no âmbito do Ciência 2008

Gráfico 2 – Distribuição dos contratos financiados por região da Instituição Proponente

Gráfico 3 – Distribuição dos contratos financiados por domínio científico¹

Gráfico 5 - Unidades com resultados publicados por área científica

Gráfico 6 – Classificação das 332 unidades de I&D

Gráfico 7 – Financiamento das unidades de I&D por área científica

Gráfico 8 – Financiamento médio por unidade de I&D por área científica

Gráfico 9 – Distribuição dos Laboratórios Associados por área científica

Gráfico 10 – Distribuição dos financiamentos aos LA, por área científica

Gráfico 11– Distribuição dos financiamentos dos LA por Região (em milhões de euros)

Gráfico 12– Distribuição dos ETI pelos Laboratórios Associados (em 31.Dez.2007)

Gráfico 13– Financiamento médio por ETI por Laboratório Associado

Gráfico 14 – Distribuição do Total do Financiamento Atribuído a Projectos não Integrados em Redes

Gráfico 15 - Repartição, por Rede, do total do financiamento atribuído às redes nacionais e identificação dos respectivos Pólos, à data de 31/12/2008; Redes Nacionais

Gráfico 16 - Investimento Previsto / Realizado no âmbito do PNRC - 31/12/2008

Gráfico 17 - Financiamento Atribuído /Ajustado no âmbito do PNRC - 31/12/2008

Gráfico 18 - Projectos em curso no DPPICDT em 2008

Gráfico 19 - Projectos em curso no DPPICDT em 2008, por domínio científico

Gráfico 20 – Número de Projectos encerrados por domínio científico em 31/12/2008

Gráfico 21 – Percentagem de Projectos encerrados por Domínio Científico em 31/12/2008

Gráfico 22 - Nº de projectos financiados em 2008, distribuídos por País

Gráfico 23 - Acordos Culturais – Nº missões científicas

Gráfico 24 – Convénios Brasil - 2008

Gráfico 25 - Orçamento corrigido utilizável final da FCT - 2008

Gráfico 26 - Análise comparada da despesa paga pelo Orçamento da FCT em 2007 e 2008

Gráfico 27 - Análise comparada da receita, por fontes de financiamento do OF em 2007 e 2008

Gráfico 28 - Análise comparada da receita, por fontes de financiamento do PIDDAC em 2007 e 2008

¹ De acordo com a classificação FOS do Manual de Frascati / OCDE (revisão de Fevereiro de 2007)

Lista de Siglas Utilizadas

ACIME	Alto Comissariado para a Imigração e Minorais Étnicas
ALPOI	Programa Actividades Ligadas à Participação em Organismos Internacionais
BD	Bolsas de Doutoramento)
BDE	Bolsas de Doutoramento em Empresas
BS	Balanço Social
BSAB	Bolsas de Licença Sabática
BM	Bolsas de Mestrado
BPD	Bolsas de Pós-Doutoramento
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
CERN	Organização Europeia para a Investigação Nuclear
CGIAR	<i>Consultative Group on International Agricultural Research</i>
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CMU	<i>Carnegie Mellon University</i>
COI	Comissão Oceanográfica Intersectorial
COPUOS	Comité para a Utilização Pacífica do Espaço Exterior das Nações Unidas
COST	Cooperação Europeia no Domínio da Investigação Científica e Técnica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DFRHCT	Departamento de Formação dos Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia
DGAE	Direcção Geral dos Assuntos Europeus
DPP	Departamento de Programas e Projectos
DPICDT	Departamento de Programas e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
DREBM	Departamento de Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais
EMBC	Conferência Europeia de Biologia Molecular
EMBL	Laboratório Europeu de Biologia Molecular
ESA	Agência Espacial Europeia
ESF	<i>European Science Foundation</i>
ESO	Organização Europeia para a Investigação em Astronomia no Hemisfério Sul
ESRF	Infraestrutura Europeia de Radiação de Sincrotrão
EULANEST	European–Latin-American Network for Science and Technology
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GGP	Gabinete de Gestão do POCI 2010
GOP	Grandes Opções do Plano
GPE	Gabinete Português para o Espaço
GPEARI	Gabinete de Planeamento Estratégico, Avaliação e Relações Internacionais
GRICES	Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior
IC&DT	Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
IGBP	<i>International Geosphere-Biosphere Programme</i>
IMI	Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores
IMM	Instituto de Medicina Molecular
ISRI	<i>International Software Research Institute</i>
ITC	Iniciativas Tecnológicas Conjuntas

ITN	Instituto Tecnológico e Nuclear
ITQB	Instituto de Tecnologia Química e Biológica
IP	Instituto Público
LA	Laboratório Associado
LHC	<i>Large Haddron Collider</i>
LIP	Laboratório de Instrumentação de Partículas
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MoU	<i>Memorandum of Understanding</i>
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
NSF	<i>National Science Foundation</i>
OE	Orçamento de Estado
OF	Orçamento de Funcionamento
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEGTD	Programa de Apoio à Execução Gráfica de Teses de Doutoramento
PDCT	Programa Dinamizador das Ciências e Tecnologias
PDCTE	Programa Dinamizador das Ciências e Tecnologias para o Espaço
PDCTM	Programa Dinamizador das Ciências e Tecnologias do Mar
PIDDAC	Programa de Investimentos de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PNRC	Programa Nacional de Re-Equipamento Científico
POCI 2010	Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
POCTI	Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação (2000-2008)
POS_C	Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento
POSI	Programa Operacional Sociedade de Informação
PPCDT	Programa Dinamizador das Ciências e Tecnologias
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PTDC	Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico em todos os Domínios Científicos
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
RA	Relatório de Actividades
RNCA	Rede Nacional de Computação Avançada
RNEM	Rede Nacional de Espectrometria de Massa
RNG	Rede Nacional de Geofísica
RNME	Rede Nacional de Microscopia Electrónica
RNIFC	Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral
RNRMN	Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
RNA	Reposições Não Abatidas
REPER	Representação de Portugal junto da UE
SNRIPD	Secretariado Nacional para Reabilitação e a Integração de Pessoas com Deficiência
SRI	Sistemas Robóticos, Inteligentes e de Informação
SPUIAGG	(Secção Portuguesa das Uniões Internacionais de Astronomia, Geodesia e Geofísica

1. Nota Introdutória

A elaboração do presente Relatório de Actividades (RA) decorre do preceituado no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro, conjugado com o disposto na alínea e) do nº.1 do artº 8º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro.

O relatório anual de actividades é um instrumento de gestão sujeito aos princípios da participação e da divulgação. No caso vertente, o cumprimento desses princípios são garantidos designadamente através de i) participação das unidades orgânicas da FCT na elaboração do RA e ii) após a respectiva homologação, proceder-se-á á divulgação do relatório junto de todos os trabalhadores do organismo e de todos os potenciais interessados através da sua disponibilização do sítio da FCT na Internet.

Os seguintes documentos relativos a 2008 constituem parte integrante do presente relatório, figurando como anexos ao mesmo: QUAR de 2008; Lista dos Laboratórios Associados; Projectos com participação portuguesa no ESFRI; Relatório da Formação Profissional da FCT em 2008; Balanço Social 2008; Quadro com resultados da avaliação do desempenho em 2008 (SIADAP 2 e 3); Relatório da execução orçamental e financeira em 2008; Síntese da Execução do Orçamento da FCT em 2008 (OF e PIDDAC).

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., enquanto entidade executora da política do governo para o sector da Ciência e da Tecnologia, tem a sua actividade orientada, a nível nacional, pelo enquadramento expresso nos seguintes diplomas:

- Programa do XVII Governo Constitucional, consubstanciado no documento de orientação do MCTES “Um Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal – Vencer o atraso científico e tecnológico”, de Abril de 2006
(http://www.mctes.pt/archive/doc/MCTES_compromisso_com_a_ciencia.pdf)
- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) – Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007, de 3 de Julho
(www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=202);
- As Grandes Opções do Plano (GOP) para 2009 – Lei nº 41/2008, de 13 de Agosto
(http://www.dgo.pt/oe/2009/Lei_41_2008.pdf).

No que se refere ao conjunto das actividades executadas, e que são descritas no presente Relatório, gostaríamos de salientar o facto de 2008 ter sido o ano em que a estrutura orgânica da FCT conseguiu a sua estabilização num único edifício, após anos de separação física. Acresce que este facto foi conseguido sem que daí adviesse prejuízo para a realização das actividades regulares, conseguindo-se mesmo assinaláveis exercícios e realizações de folgo como, por exemplo, a abertura do grande concurso de projectos para todos os domínios científicos, além de outros concursos temáticos e ainda a continuação do programa de contratação de doutorados (Ciência 2008).

2. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Trata-se de um organismo central, com sede em Lisboa, com jurisdição sobre todo o território nacional e que prossegue as atribuições do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sob superintendência e tutela do respectivo Ministro.

Legalmente, a FCT e a respectiva actividade são enquadradas por um conjunto de diplomas de que se destacam:

- Lei Orgânica do MCTES – Decreto-Lei nº 214/2006, de 27 de Outubro;
- Lei Orgânica da FCT – Decreto-Lei nº 152/2007, de 27 de Abril;
- Estatutos da FCT – Portaria nº 550/2007, de 30 de Abril;
- Lei-Quadro dos Institutos Públicos – Lei 3/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 105/2007, de 3 de Abril.

A Lei Orgânica da FCT fixa as formulações da Missão e das Atribuições do serviço, nos seguintes termos:

Missão – “A FCT, I. P., tem por missão o desenvolvimento, financiamento e avaliação de instituições, redes, infra-estruturas, equipamentos científicos, programas, projectos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional”.

Atribuições

- a) “Promover e apoiar a realização de programas e projectos, nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico;
- b) Promover e apoiar a investigação, desenvolvimento e inovação empresarial em áreas-chave e a participação de empresas portuguesas e de associações empresariais em programas e projectos internacionais;
- c) Financiar ou co-financiar os programas e projectos aprovados e acompanhar a respectiva execução, bem como financiar ou co-financiar acções de formação e qualificação de investigadores, nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo no País e no estrangeiro e de subsídios de investigação;
- d) Promover e apoiar a criação e modernização de infra-estruturas de apoio às actividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico;
- e) Celebrar contratos-programa ou protocolos e atribuir subsídios a instituições que promovam ou se dediquem à investigação científica ou ao desenvolvimento tecnológico;
- f) Avaliar a actividade da ciência e da tecnologia nacional sob todas as suas formas;

- g) Promover a cultura científica e tecnológica e a difusão e a divulgação do conhecimento científico e técnico e do ensino da ciência e da tecnologia;
- h) Promover a transferência de conhecimento a nível nacional e internacional, designadamente através da concessão de subsídios a conferências, colóquios, jornadas, seminários, encontros e, em geral, quaisquer projectos, programas ou eventos de interesse científico ou tecnológico, bem como da concessão de apoio financeiro a publicações científicas;
- i) Promover e apoiar a participação da comunidade científica, tecnológica e de inovação nacional em projectos internacionais relevantes, quer em termos de criação, absorção e difusão de conhecimento, quer propiciadoras do acesso a equipamentos científicos altamente sofisticados;
- j) Assegurar a cooperação internacional nos domínios da ciência e da tecnologia, sem prejuízo da coordenação exercida pelo Gabinete de Planeamento Estratégico, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- l) Assegurar a inventariação, gestão e preservação do património científico e tecnológico nacional;
- m) Propor ao membro do Governo responsável pela área da ciência, tecnologia e ensino superior o reconhecimento da actividade de entidades públicas ou privadas como de interesse científico ou tecnológico.”

Em 2008 foi definido o mapa estratégico da organização, integrando a Missão, nos termos já referidos, a Visão, os Valores e os Objectivos estratégicos.

Na sua **Visão**, a FCT aspira ser não só uma instituição de referência nacional, como afirmar-se ao nível europeu e internacional enquanto agência pública de avaliação, financiamento, acompanhamento e promoção da ciência e da tecnologia, correspondendo às necessidades e expectativas da comunidade científica e da sociedade portuguesa e europeia.

Os **Valores** reflectem-se nas acções da FCT e pautam-se em geral por princípios culturais, éticos e intelectuais, de rigor na aplicação dos fundos públicos, de independência e transparência nos processos de decisão, de repúdio pela discriminação nas suas várias formas, e suportam-se numa cultura organizacional de responsabilização.

Decorrente da implementação da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Setembro, foi também definido o **QUAR** – Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2008, um documento que recolhe os compromissos da instituição em termos de objectivos estratégicos e operacionais com determinadas metas e indicadores e de que apresentará resultados no final do ciclo de gestão. Do confronto entre os objectivos assumidos e os resultados alcançados resultou a avaliação do desempenho dos serviços suportado pelo Relatório de Auto-avaliação. Na definição dos objectivos, prevalece o alinhamento com as políticas sectoriais, com a carta de missão do dirigente máximo e com o mapa estratégico.

O QUAR de 2008 encontra-se disponível no sítio da FCT na internet, em <http://alfa.fct.mctes.pt/QUAR/QUAR2008-alt.21Nov08.pdf>. No Anexo 1 junta-se uma versão do QUAR de 2008 com os resultados já inseridos.

Órgãos da FCT

O Decreto-Lei nº 214/2006 estabeleceu os seguintes órgãos na FCT:

- Conselho Directivo: órgão de natureza deliberativa;
- Conselho Coordenador: órgão colegial, de apoio e de articulação transversal;
- Conselhos Científicos: em número de quatro, têm natureza consultiva e de apoio;
- Fiscal: novo órgão de natureza fiscalizadora, a designar nos termos da Lei nº 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 105/2007, de 3 de Abril;
- Director para a Cooperação Internacional em C&T: órgão de natureza executiva em matéria de cooperação internacional, assuntos europeus e relações internacionais, nos domínios da ciência e da tecnologia.

Ao Director para a Cooperação Internacional reportam o Departamento das Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais bem como as estruturas de apoio às parcerias internacionais. O Director para a Cooperação Internacional também preside à Comissão INVOTAN, que funciona junto da FCT.

A Comissão INVOTAN tem a responsabilidade de, no âmbito dos compromissos de intercâmbio e cooperação com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), pronunciar-se sobre matérias dos domínios da Ciência e da Tecnologia.

Modelo organizacional da FCT

A organização interna dos serviços da FCT obedece a um modelo misto, de estrutura matricial e estrutura hierarquizada. De notar que, da derrogação da orgânica anterior da FCT, constante do Decreto-Lei nº 188/97, de 28 de Julho, resulta a manutenção do nº 2 do artº 11º e o artº 30º, este último referente ao funcionamento de equipas de projecto.

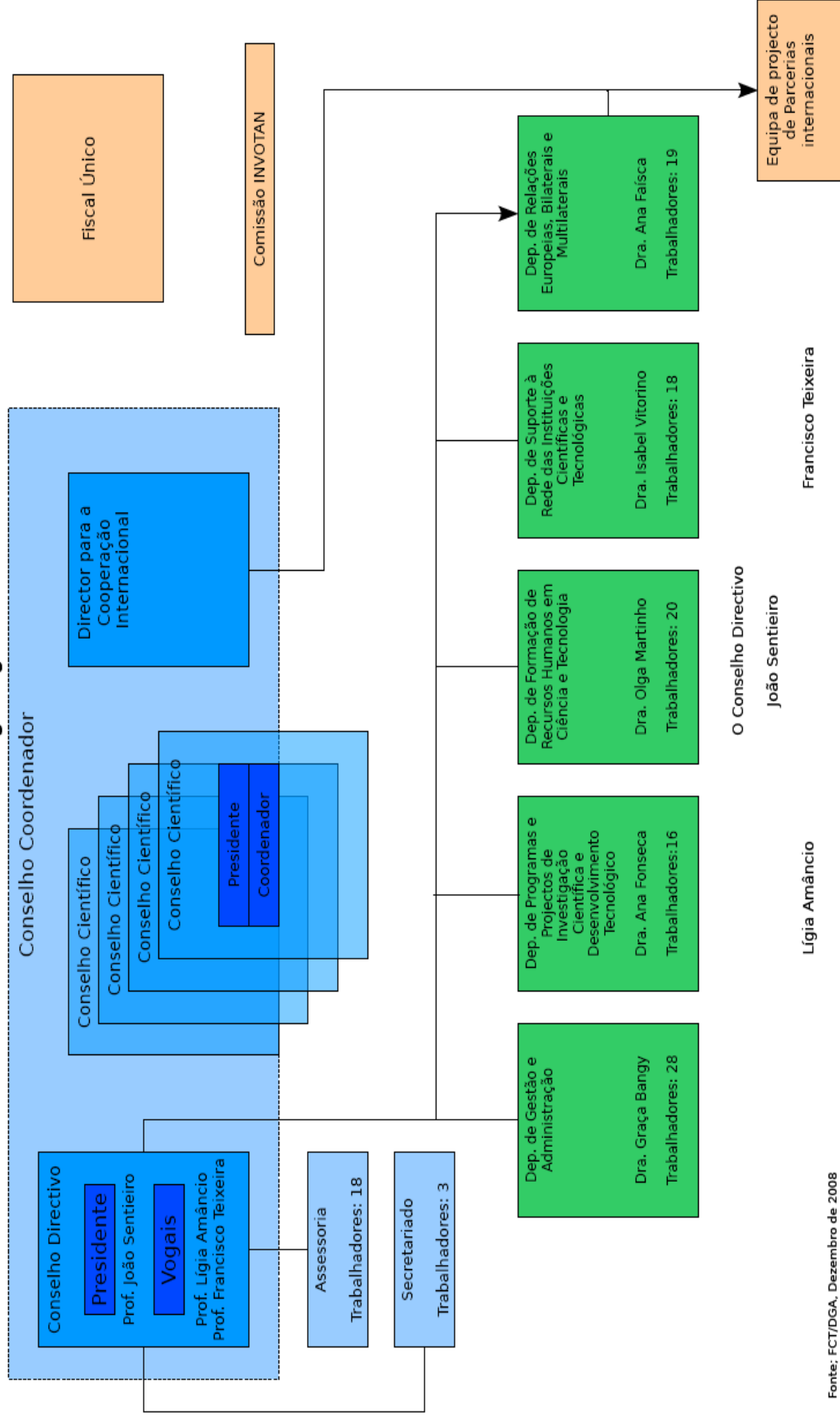
A estrutura hierarquizada da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., integra cinco unidades operacionais, a saber:

- Departamento de Gestão e Administração (DGA)
- Departamento de Formação dos Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (DFRH)
- Departamento de Programas e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT)
- Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT)
- Departamento das Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais (DREBM).

As competências e atribuições das unidades funcionais da FCT encontram-se definidas nos respectivos Estatutos, aprovados pela já referida Portaria nº 550/2007. A actividade da FCT desenvolve-se segundo uma lógica de gestão por objectivos.

A seguir, a Figura 1 apresenta o organograma que traduz a organização da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em Dezembro de 2008.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. Organograma



3. Actividades desenvolvidas segundo as principais linhas de actuação da FCT

Decorrendo da estratégia governamental, a missão da FCT alinha-se, a nível operacional, pela intervenção em cinco linhas de acção ao nível das actividades desenvolvidas nos Departamentos:

1. Reforço da formação e qualificação para o desenvolvimento tecnológico e inovação
2. Desenvolvimento de uma rede moderna de instituições de I&D
3. Promoção da produção científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação
4. Cooperação Internacional em C&T
5. Reforço e consolidação da capacidade operacional da FCT e melhoria da qualidade do seu desempenho

3.1. Reforço da formação e qualificação para o desenvolvimento tecnológico e inovação

Durante o ano de 2008, no âmbito do Programa Operacional do III Quadro Comunitário de Apoio POS_C, do Programa Operacional Potencial Humano POPH do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (Portugal 2007-2013), e do Programa de Formação Avançada de Recursos Humanos (FARH), Programa de fundos exclusivamente nacionais, decorreram várias acções de formação destinadas a Doutores, Mestres, Licenciados ou Técnicos, de acordo com os requisitos pré-definidos para cada tipo de bolsa nos Programas e nos respectivos Regulamentos.

A formação realizou-se em instituições nacionais ou estrangeiras de acordo com o local onde decorreu a actividade de investigação que a suporta, nomeadamente:

- Instituições do Ensino Superior Universitário ou Politécnico, seus Institutos e Unidades de I&D;
- Instituições privadas sem fins lucrativos que desenvolvam actividades de I&D;
- Laboratórios de Estado ou Laboratórios Associados, empresas ou organismos públicos que desenvolvam actividades de I&D.

Os concursos foram divulgados através de editais publicados na internet e na imprensa, nos quais eram indicadas as condições de acesso.

Durante o ano de 2008 estiveram abertos em permanência os concursos para Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE), para Bolsas de Formação Científica Visando a Requalificação de Diplomados com Sólida Experiência Docente Anterior no Ensino Superior, Bolsas de Licença Sabática (BSAB) e Apoio à Execução Gráfica de Teses de Doutoramento e obtenção de Certificados do Grau de Doutor (PAEGTD).

(editais em <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/index.phtml.pt>).

Durante o ano de 2008 continuaram a ser financiadas nove bolsas atribuídas anteriormente através do concurso aberto no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu para Bolsas de Mestrado (BM), de Doutoramento (BD), de Pós-Doutoramento (BPD) e de Licença Sabática (BSAB) nas áreas das Ciências Biológicas, do Mar, do Ambiente e da Saúde, com o intuito de promover a mobilidade entre Portugal e os países da EEA/EFTA - Islândia, Liechtenstein ou Noruega. Foram então financiadas 3 BM, 3 BD, 2 BPD e 1 BSAB.

Durante o ano de 2008 foi aberto um concurso a nível nacional, em todas as áreas científicas, para Doutoramentos (BD) e para Pós-Doutoramentos (BPD)

(editais em <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/individuais2008.phtml.pt>).

O período de candidatura decorreu entre 12 de Maio e 15 de Setembro de 2008, com dois ciclos de avaliação:

- O 1º ciclo para as candidaturas lacradas entre 12 de Maio e 16 de Junho de 2008;
- O 2º ciclo para as candidaturas lacradas entre 17 de Junho e 15 de Setembro de 2008.

As bolsas concedidas no âmbito do 1º ciclo de avaliação poderiam ter início em data não anterior a 1 de Outubro de 2008; as bolsas concedidas no âmbito do 2º ciclo de avaliação poderiam iniciar-se em data não anterior a 1 de Janeiro de 2009. Cada candidato apenas poderia submeter uma única candidatura, tanto em termos de área científica como de ciclo de avaliação.

Às 17 horas do dia 15 de Setembro o concurso encerrou tanto para as Bolsas de Doutoramento como para as Bolsas de Pós-Doutoramento.

Neste concurso foram submetidas e lacradas 4.464 candidaturas, que foram submetidas a avaliação (1.636 no 1º ciclo e 2.828 no 2º ciclo), das quais 3.443 a BD e 1.021 a BPD (1.329 a BD e 307a BPD no 1º ciclo e 2.114 a BD e 714 a BPD no 2º ciclo).

Todos estes processos de candidatura foram avaliados entre 30 de Junho e 11 de Julho relativamente ao 1º ciclo, e 29 de Setembro e 10 de Outubro relativamente ao 2º ciclo, por painéis de avaliação constituídos para o efeito tendo em conta a área científica indicada pelos candidatos. Esses painéis de avaliação foram constituídos por professores universitários, peritos nas respectivas áreas científicas, que foram expressamente convidados para neles participarem. O número de investigadores convidados rondou os 400 em cada ciclo de avaliações. Por uma questão de homogeneidade envidaram-se todos os esforços para que os painéis de avaliação de cada área científica fossem constituídos pelos mesmos peritos nos dois ciclos de avaliação. A constituição dos painéis de avaliação de cada uma das áreas científicas, de cada um dos ciclos de avaliação, está disponível em <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/index.phtml.pt>

Os critérios definidos para a avaliação das candidaturas foram, de acordo com o Regulamento, os méritos do candidato, do programa de trabalhos e das condições de acolhimento. A cada um dos avaliadores foi dado acesso a um Guião de Avaliação (disponível em <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/index.phtml.pt>)

Neste concurso as taxas de concessão foram as seguintes:

BD	55,10% (1 897 bolsas)
BPD	58,28% (595 bolsas)
Total	55,82% (2 492 bolsas)

O número de candidaturas, de bolsas concedidas e as taxas de concessão por área científica encontram-se nos Quadros 1e 2.

Quadro 1 – Bolsas de Doutorado 2008 – BD

ÁREA CIENTÍFICA		Linha de Corte	Candidaturas submetidas	Bolsas Concedidas	%
Matemática		3,9	68	41	60,29%
Física		4	93	58	62,37%
Química		4,2	121	79	65,29%
Ciências Biológicas		4,1	169	110	65,09%
Ciências da Terra e do Espaço		3,9	51	32	62,75%
Ciências do Mar		4	81	47	58,02%
Ciências do Ambiente		3,9	118	57	48,31%
Ciências Agrárias e Florestais		3,9	96	53	55,21%
Ciência Animal e Ciências Veterinárias		3,9	56	33	58,93%
Ciências da Saúde		4,025	284	157	55,28%
Ciências do Desporto		4	97	52	53,61%
Ciências e Engenharia de Materiais		3,9	81	40	49,38%
Engenharia Mecânica		3,8	92	42	45,65%
Engenharia Civil e de Minas		4	102	56	54,90%
Engenharia Química		4,1	53	28	52,83%
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia		4,3	88	49	55,68%
Engenharia Electrotécnica e Informática		3,8	323	177	54,80%
Economia e Gestão		3,9	133	44	33,08%
Ciências Jurídicas		4,1	36	20	55,56%
Ciência Política		4	36	19	52,78%
Sociologia e Demografia		4,2	106	56	52,83%
Antropologia		4	39	24	61,54%
Geografia		4	36	18	50,00%
Psicologia		4,1	223	128	57,40%
Ciências da Comunicação		3,9	69	31	44,93%
Linguística		3,9	32	19	59,38%
Ciências da Educação		4,6	218	87	39,91%
Arquitectura, Urbanismo e Design		3,85	113	63	55,75%
História e Arqueologia		3,9	123	81	65,85%
Filosofia		4	49	38	77,55%
Estudos Literários		4	102	46	45,10%
Estudos Artísticos		4,4	129	101	78,29%
Estudos Africanos		4	18	7	38,89%
PACT - Promoção e Administração de C&T		4	8	4	50,00%
TOTAL			3443	1897	55,10%

Quadro 2 – Bolsas de Pós-Doutoramento 2008

ÁREA CIENTÍFICA		Linha de Corte	Candidaturas submetidas	Bolsas Concedidas	%
Matemática		4,6	41	28	68,29%
Física		4,17	60	44	73,33%
Química		4,6	110	40	36,36%
Ciências Biológicas		4,4	98	54	55,10%
Ciências da Terra e do Espaço		4,2	19	12	63,16%
Ciências do Mar		4	50	25	50,00%
Ciências do Ambiente		4,2	45	22	48,89%
Ciências Agrárias e Florestais		3,85	52	32	61,54%
Ciência Animal e Ciências Veterinárias		4,2	12	10	83,33%
Ciências da Saúde		4,4	94	56	59,57%
Ciências do Desporto		4,5	2	2	100,00%
Ciências e Engenharia de Materiais		4	73	29	39,73%
Engenharia Mecânica		3,9	27	13	48,15%
Engenharia Civil e de Minas		4,3	16	8	50,00%
Engenharia Química		4,1	29	20	68,97%
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia		4,55	39	21	53,85%
Engenharia Electrotécnica e Informática		4	28	17	60,71%
Economia e Gestão		4,1	10	6	60,00%
Ciências Jurídicas		4	2	2	100,00%
Ciência Política		3,95	10	9	90,00%
Sociologia e Demografia		4,2	18	14	77,78%
Antropologia		4	17	13	76,47%
Geografia		4,3	2	2	100,00%
Psicologia		4,4	29	19	65,52%
Ciências da Comunicação		4	8	6	75,00%
Linguística		4,6	8	4	50,00%
Ciências da Educação		4,65	18	12	66,67%
Arquitectura, Urbanismo e Design		4	6	2	33,33%
História e Arqueologia		4,2	34	26	76,47%
Filosofia		3,9	19	14	73,68%
Estudos Literários		4,1	15	10	66,67%
Estudos Artísticos		4,4	16	14	87,50%
Estudos Africanos		3,9	4	2	50,00%
PACT - Promoção e Administração de C&T		4	10	7	70,00%
TOTAL			1021	595	58,28%

Destas bolsas, as elegíveis no âmbito do POPH do QREN, serão financiadas por aquele Programa. As restantes serão financiadas pelo PIDDAC nacional – Programa FARH.

O impacto financeiro destas bolsas teve lugar apenas em 2009, já que a maior parte delas só teve início naquele ano. Sendo assim, a grande maioria das bolsas financiadas em 2008 resulta de atribuições em concursos anteriores, já que, na generalidade, as suas durações são plurianuais. O Regulamento aplicável a todas estas bolsas está em

<http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/regulamento2008.phtml.pt>

Assim em 2008 foram financiadas no âmbito dos vários programas de financiamento 9 233 bolsas (6.736 BD, 61 BM, 1.925 BPD e 511 bolsas dos restantes tipos). Destas 9.233 bolsas, 5.687 foram para o País, 1.442 para o estrangeiro e 2.104 mistas. O montante dos pagamentos efectuados em 2008 a todos estes bolseiros totalizou 115.019.258,78 euros.

Nestas bolsas estão incluídas ainda algumas bolsas que transitaram do QCA II, as bolsas dos concursos abertos em permanência, bem como as bolsas atribuídas pela Agência de Inovação no âmbito dos seus vários concursos (CERN, ESA e ESO), as bolsas atribuídas no âmbito dos Programas Gulbenkian de Doutoramento em Biologia e Medicina e em Bioinformática, do Programa GABBA da Universidade do Porto e do Programa Graduado de Doutoramento do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra e as bolsas atribuídas no âmbito das Parcerias Internacionais - Programas MIT – Portugal, CMU – Portugal e UT Austin — Portugal.

Foram ainda efectuados pagamentos de subsídios ao Programa GABBA da Universidade do Porto e ao Programa Graduado de Doutoramento do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, no valor de 35 000 euros cada, que se destinam à gestão destes Programas para formação de doutorandos.

Foram também pagos alguns dos custos de formação – inscrição, matrícula e propinas – devidos às instituições nacionais que conferem os graus de Mestre ou de Doutor aos bolseiros. Os montantes pagos ascenderam a 2.487.052,43 euros. Os restantes, no valor de cerca de 9 milhões de euros, tiveram de deslizar para 2009, por dificuldades orçamentais.

Foram ainda efectuados pagamentos relativos aos custos das Avaliações e do Seguro de Acidentes Pessoais que abrange obrigatoriamente todos os bolseiros.

Foi também executado em 2008 o financiamento de vários Cursos de Especialização Tecnológica, a cada uma de 19 Instituições do Ensino Superior no valor total de 7.999.999,70 euros.

Todos os pagamentos efectuados no âmbito de cada bolsa são determinados pela aplicação dos Regulamentos e do Estatuto do Bolseiro.

O acompanhamento e controlo das acções efectuam-se através dos seguintes mecanismos:

- Verificação da elegibilidade do formando;
- Verificação dos documentos comprovativos da formação anterior, necessária à aceitação na acção;
- Verificação da aceitação do formando por parte da entidade responsável pela formação;

- Exames dos relatórios de actividades e certificados oficiais comprovativos das diversas operações, incluindo pareceres dos investigadores directamente responsáveis pela formação.

A avaliação das acções processa-se a diversos níveis e é feita pelos orientadores científicos dos formandos e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A avaliação do progresso dos formandos é feita pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia tomando como base os relatórios de progresso, as informações dos seus orientadores científicos e os certificados oficiais de aproveitamento. Esta avaliação é peça determinante na renovação da bolsa no final de cada um dos períodos. Se a avaliação for negativa, a bolsa não é renovada no final do período em questão.

Todos os pagamentos aos bolseiros são efectuados uma vez por mês por transferência bancária, via “*home banking*”, das contas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na Direcção Geral do Tesouro para as contas pessoais de cada um deles. Essa transferência efectua-se no último dia do mês de modo a que a quantia devida a cada bolseiro possa estar na conta respectiva no primeiro dia útil do mês a que o pagamento respeita.

Considerando os 12 meses de cada ano e a totalidade dos pagamentos efectuados directamente aos bolseiros em 2008, o valor mensal em média anual dos pagamentos foi o seguinte: $115.012.267,34 \text{ €} / 12 = 9.584.356,00 \text{ €} / \text{mês}$.

Em 2008, no âmbito da medida I.2 do POCI 2010, foi concluído o financiamento das Inserções Profissionais de Doutorados (contratos sem termo) na Tagis – Centro de Conservação de Borboletas e na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

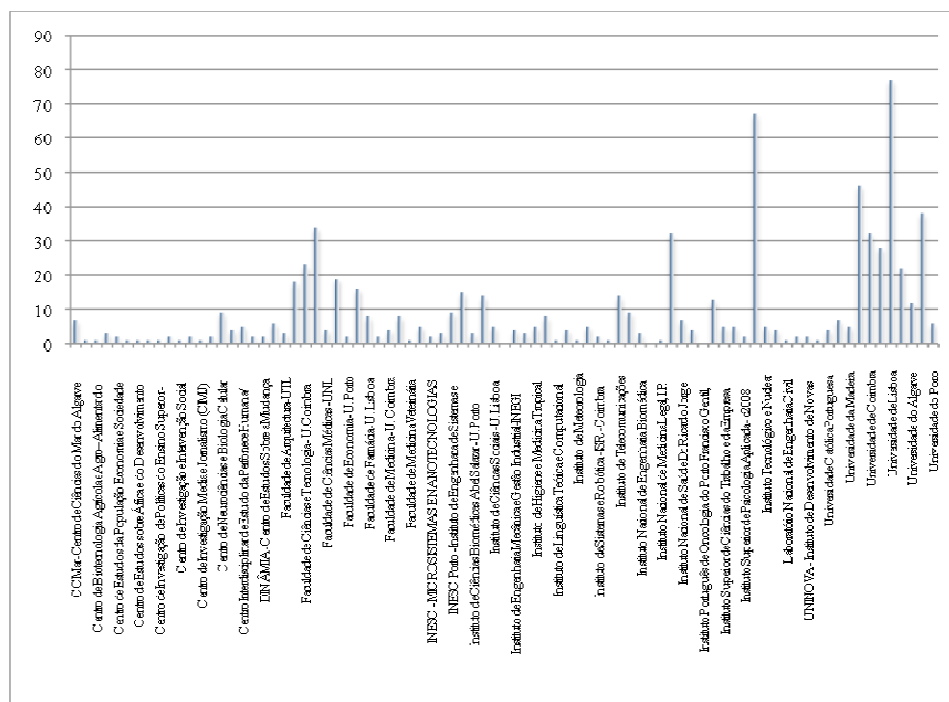
3.1.1. Contratação de Doutorados para o SCTN

Durante o ano de 2008, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia prosseguiu, com o lançamento do Ciência 2008, a política de estímulo ao emprego científico através da celebração de contratos-programa com instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional que têm como objectivo a promoção da inserção profissional de investigadores doutorados.

Lançamento do Ciência 2008

Nos termos do Edital do concurso da Contratação de Doutorados para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional – Ciência 2008, no período de 15 de Junho a 30 de Setembro de 2008, 84 instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional procederam à abertura de 755 concursos no portal *ERACareers* com o objectivo de pré-seleccionarem investigadores, cuja contratação será numa fase subsequente proposta à FCT. A análise dos anúncios publicados permite-nos concluir que, em regra, foram as instituições do ensino superior as que procederam à abertura de um maior número de concursos.

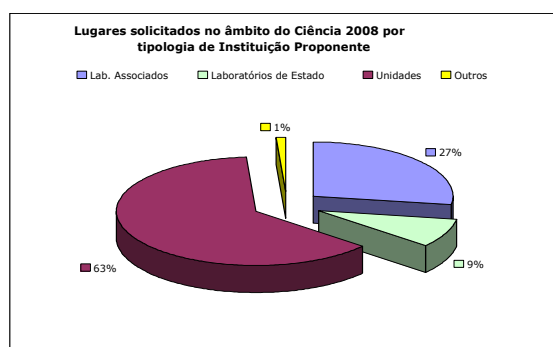
Gráfico 1 - Distribuição dos anúncios publicados por Instituição Proponente



Após a conclusão dos concursos internacionais de pré-selecção dos investigadores, em que participaram 3517 candidatos, 77 instituições submeteram, electronicamente, à FCT, 658 candidaturas no âmbito das quais propõem a contratação de 708 investigadores, o que representa 75,97% dos lugares postos a concurso por todas as instituições intervenientes.

A análise das candidaturas apresentadas permite-nos concluir que, no que concerne à tipologia das instituições de acolhimento, 62,99% dos lugares solicitados destinam-se a afectar investigadores a unidades de I&D acreditadas pela FCT, 27,4% a Laboratórios Associados, 8,62% a Laboratórios de Estado e finalmente aproximadamente 1% a outras entidades, como se poderá constatar no gráfico seguinte:

Gráfico 2 – Distribuição dos lugares solicitados no âmbito do Ciência 2008

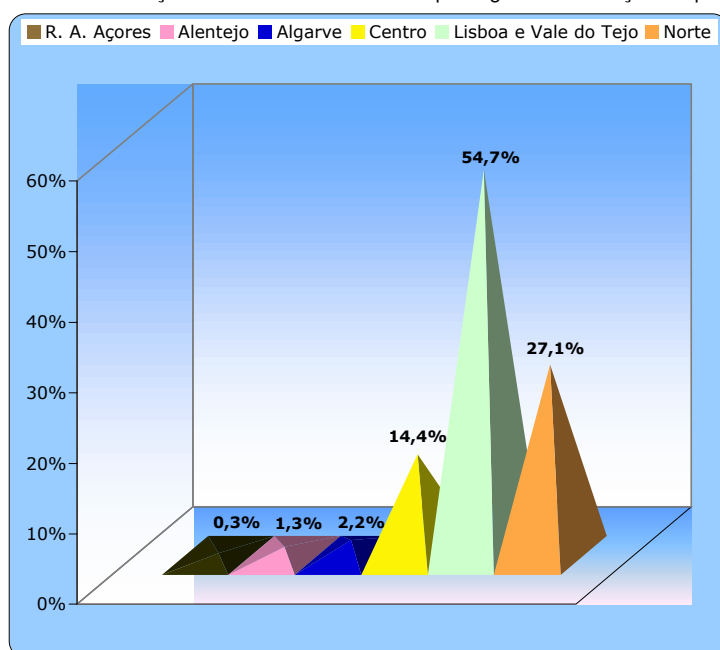


Quanto à classificação das unidades de I&D, 63,23% dos lugares solicitados para a integração em unidades de I&D destinam-se a unidades com classificação de Excelente ou Muito Bom (20,63 e 42,60% respectivamente).

Financiamento dos Contratos-Programa em Execução

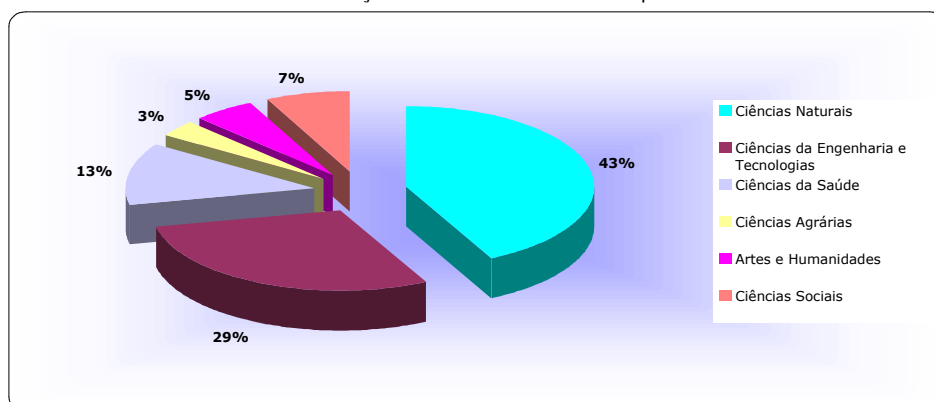
Em 2008, procedeu-se à celebração de mais 14 contratos-programa, o que permite concluir que até ao final de 2008 foram celebrados 73 contratos-programa, o que permitiu o financiamento de 541 contratos individuais de trabalho, cuja distribuição pela região onde a sede da instituição proponente se localiza é a seguinte:

Gráfico 3 – Distribuição dos contratos financiados por região da Instituição Proponente



Quanto ao domínio científico temos a seguinte afectação:

Gráfico 4 – Distribuição dos contratos financiados por domínio científico



Tendo os primeiros contratos celebrados com os investigadores produzido efeitos em 2007/10/01, durante o ano de 2008 foram financiados 541 contratos o que representou um esforço financeiro que superou os 26,5 milhões de euros.

3.2. Desenvolvimento de uma rede moderna de instituições de I&D

Ao Departamento de Suporte à Rede das Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT) cabe assegurar a gestão corrente dos apoios concedidos pela FCT às unidades de I&D, designadamente a nível de financiamentos bem como no processo de avaliação internacional.

Uma pequena equipa que forma o subsector de “Infra-estruturas de C&T” desenvolveu a sua actividade no âmbito dos projectos “Reforma dos Laboratórios de Estado e Criação de Consórcios”, “Ampliação e Apetrechamento de Instalações Científicas” e “Reequipamento Científico”.

3.2.1. Financiamento de unidades de I&D

No âmbito do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, em 2008 foi dada continuidade ao exercício de reavaliação e acreditação internacional de todas as unidades de investigação com vista à sua melhor organização, à supressão de unidades de qualidade insuficiente e ao reforço de massas críticas por agregação de unidades em instituições de investigação integradas, com direcção científica única.

Foram também convidados a apresentar o Relatório de Actividades referente ao período 2003-2007, os 25 Laboratórios Associados (LA's) financiados no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual, com o objectivo de se realizar uma completa e exigente reavaliação internacional, com vista ao reforço de padrões de excelência científica de nível internacional, assim como à sua melhor organização com vista à execução dos objectivos para os quais foram criados, a identificação de problemas e proposta de soluções, quando necessário.

Processo de avaliação das unidades de I&D

No final do ano de 2008 foi concluído o processo de avaliação de 332 unidades de I&D, distribuídas por 23 áreas científicas. Apenas ficaram por realizar as avaliações de 2 áreas científicas, Ciências da Terra e do Espaço e Economia e Gestão, tendo sido ainda em 2008 marcadas as datas para as visitas às unidades, respectivamente para Janeiro e Fevereiro de 2009.

Para as 23 áreas com resultados homologados através de despacho do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com data de 1 de Dezembro, o número de unidades aprovadas para financiamento foi de 275 unidades, o que representa uma redução em 18,3%, relativamente às unidades financiadas anteriormente nas mesmas áreas científicas. As unidades classificadas com Regular (*Fair*) deixaram de ser financiadas de acordo com o estipulado no Regulamento do Financiamento Plurianual de Unidades de I&D 2007.

No Gráfico 5 é apresentado o número de unidades de I&D com resultados publicados por área científica. A distribuição em percentagem por classificação das 332 unidades com resultados homologados e publicados está representada no Gráfico 6.

Gráfico 5 - Unidades com resultados publicados por área científica

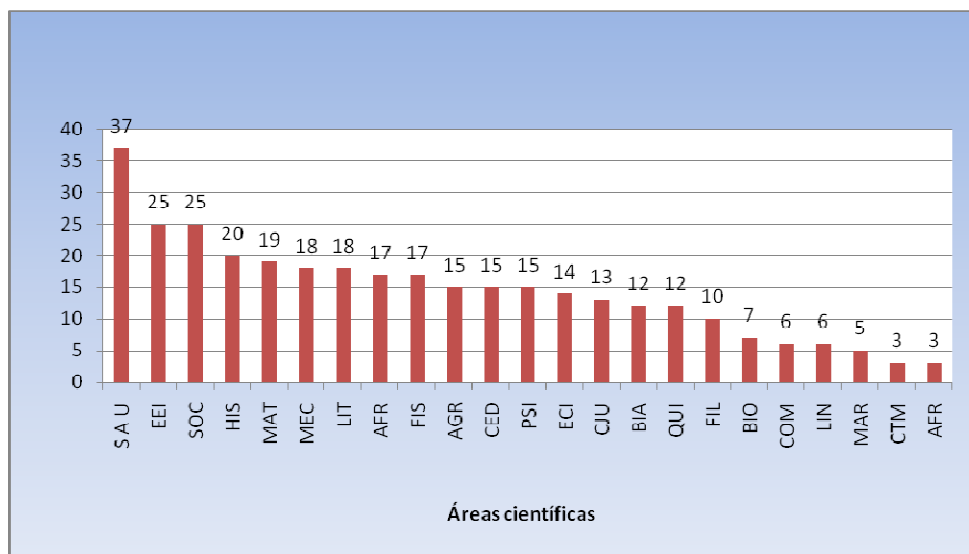
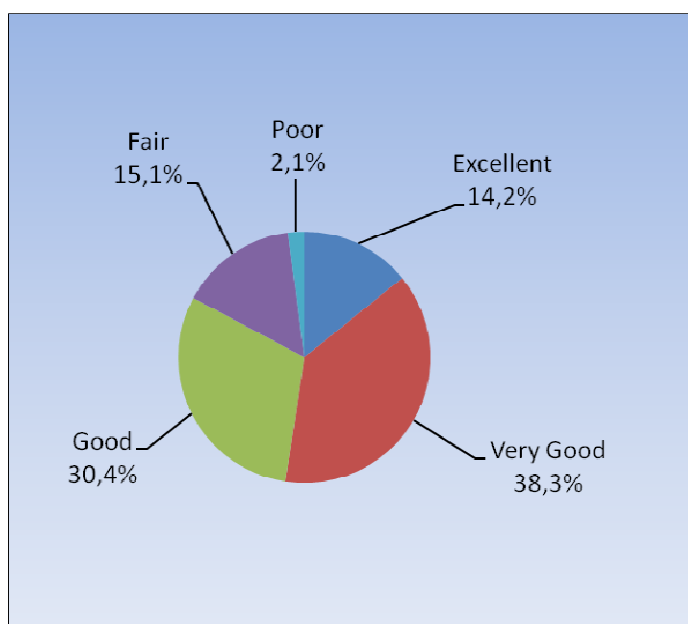


Gráfico 6 – Classificação das 332 unidades de I&D



Em 2008 foram financiadas 334 unidades com um volume de financiamento total de € 40.685.599,00. A distribuição do financiamento destas unidades por área científica é apresentada no Gráfico 7 e o financiamento médio por unidade de I&D e área científica no Gráfico 8. No montante total pago estão incluídos os pagamentos efectuados ainda em 2008 referentes a anos anteriores, nomeadamente de 2006, que ascendeu a €12.684.315,00.

Da análise destes gráficos podemos constatar que a área das Ciências da Saúde foi a área com um volume de financiamento mais elevado, seguida por Matemática e Engenharia Electrónica e Informática. O financiamento médio mais elevado, por Unidade de I&D, coube à área das Ciências do Mar, com um valor de € 133.700,00, relativamente ao financiamento de 2008.

Gráfico 7 – Financiamento das unidades de I&D por área científica

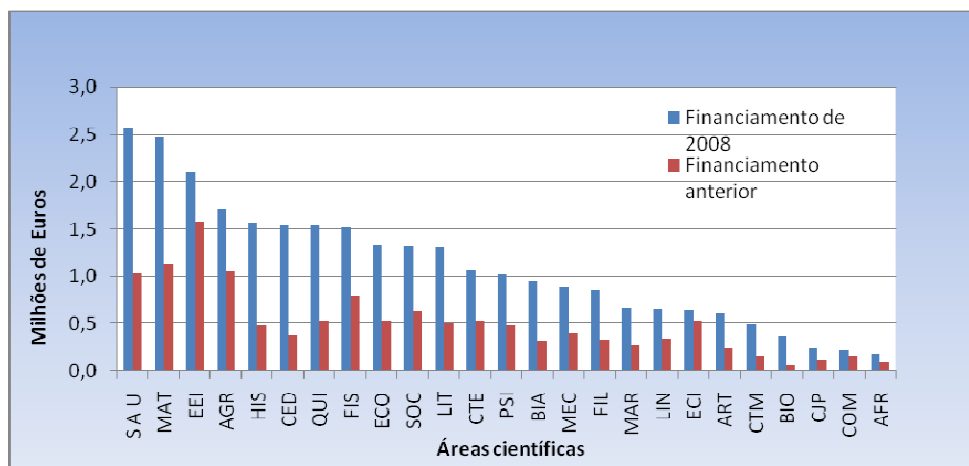
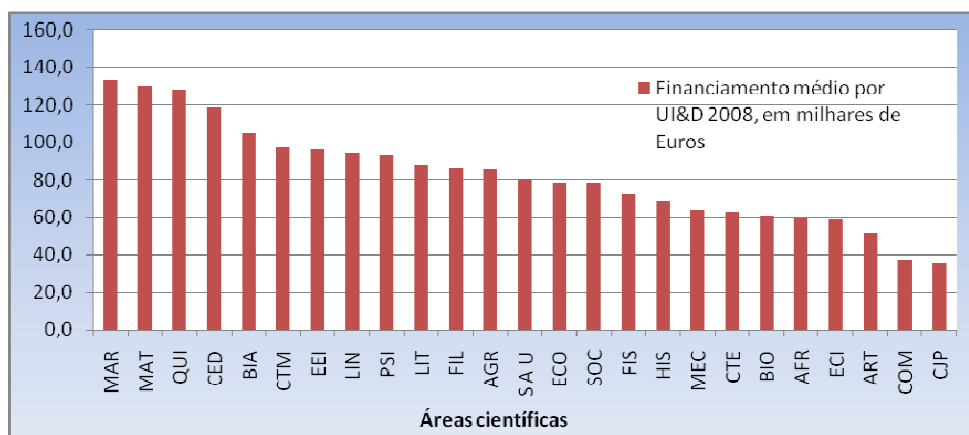


Gráfico 8 – Financiamento médio por unidade de I&D por área científica



3.2.2. Financiamento dos Laboratórios Associados

No final do ano de 2008 encontravam-se em funcionamento 25 Laboratórios Associados (LA), dos quais 21 com financiamentos aprovados no âmbito do POCI e 4 no âmbito do POS_C. O volume de financiamento total em 2008 situou-se nos € 40.872.876,00. Foram ainda efectuados pagamentos referentes a anos anteriores, nomeadamente de 2006, que totalizaram € 7.473.146.

No seu conjunto, os 25 Laboratórios Associados (ver Anexo 2) envolvem 46 instituições de

investigação, integrando 2.656 doutorados. O financiamento das respectivas actividades enquadra-se no âmbito do Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e de fundos nacionais.

Através do Gráficos 9 e 10 é apresentado o número de LA's e o respectivo financiamento em 2008, por área científica. Da observação destes gráficos conclui-se que nas Ciências da Saúde o financiamento atinge o seu valor mais elevado para os 5 LA's, seguido pelos 5 LA's de Engenharia Química e Biotecnologia e em terceiro lugar surge a Engenharia Electrónica e Informática com 4 LA's.

Gráfico 9 – Distribuição dos Laboratórios Associados por área científica

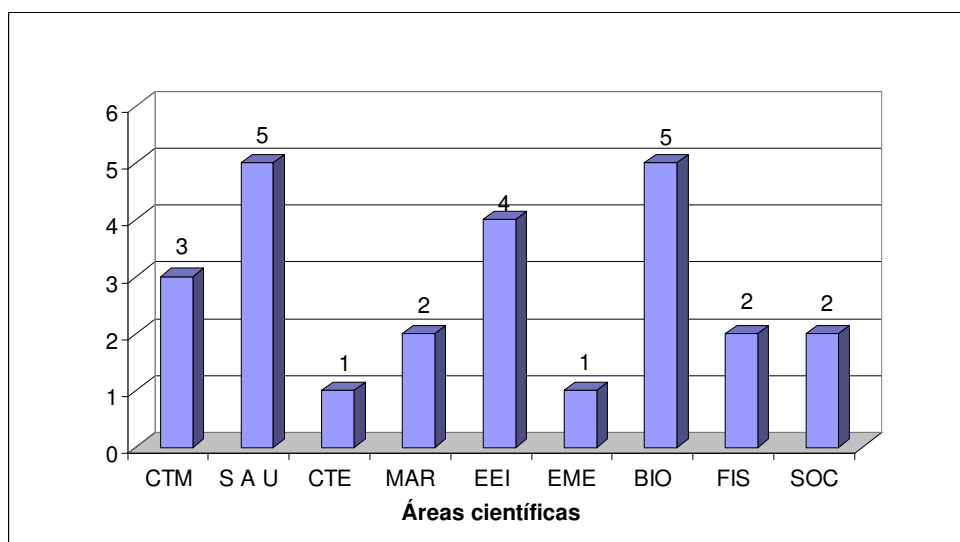
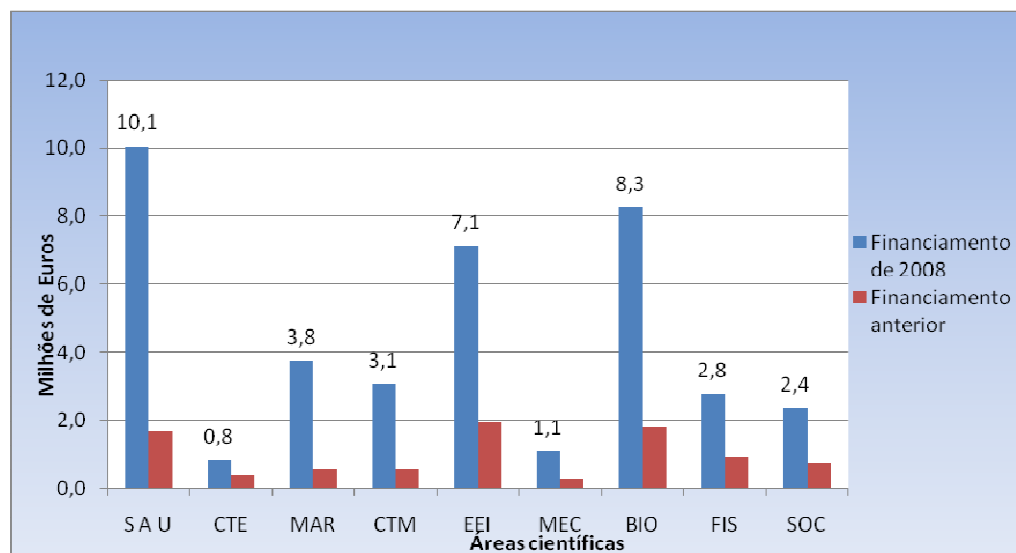
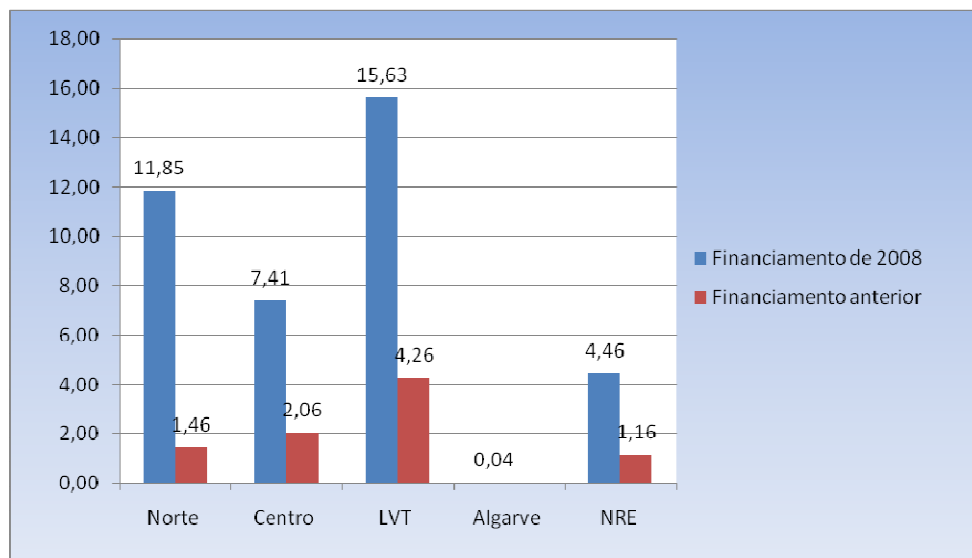


Gráfico 10 – Distribuição dos financiamentos aos LA, por área científica



A distribuição dos financiamentos por região aos Laboratórios Associados é apresentada no Gráfico 11. Os financiamentos atribuídos à Região de Lisboa e Vale do Tejo apenas diferem em 3,78 milhões de euros relativamente à Região do Norte.

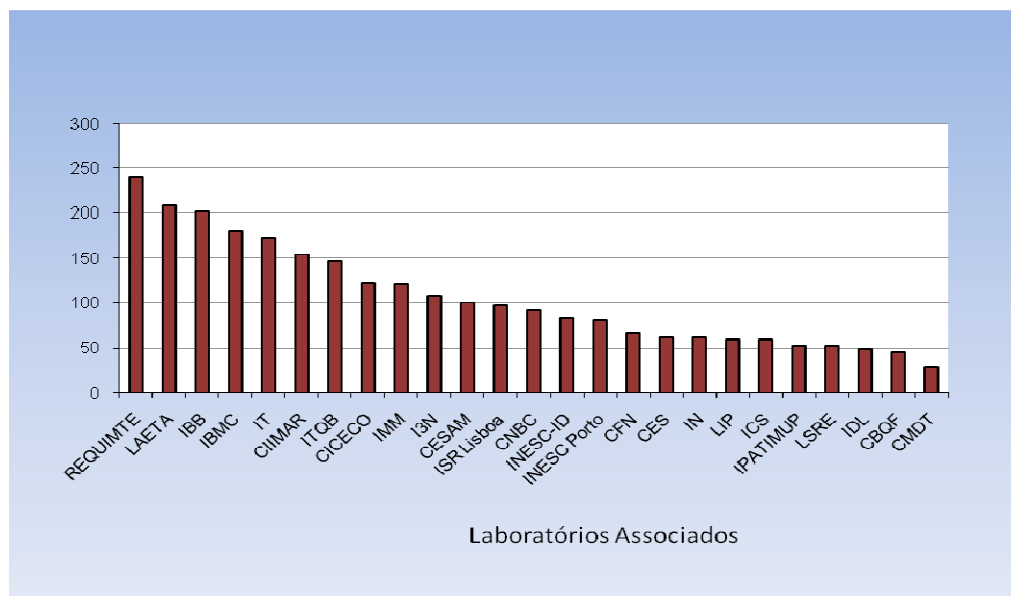
Gráfico 11 – Distribuição dos financiamentos dos LA por Região (em milhões de euros)



O número de ETI's dos 25 Laboratórios Associados, à data de 31 de Dezembro de 2007 relativamente ao qual foi calculado o financiamento em 2008, era de 2.648.

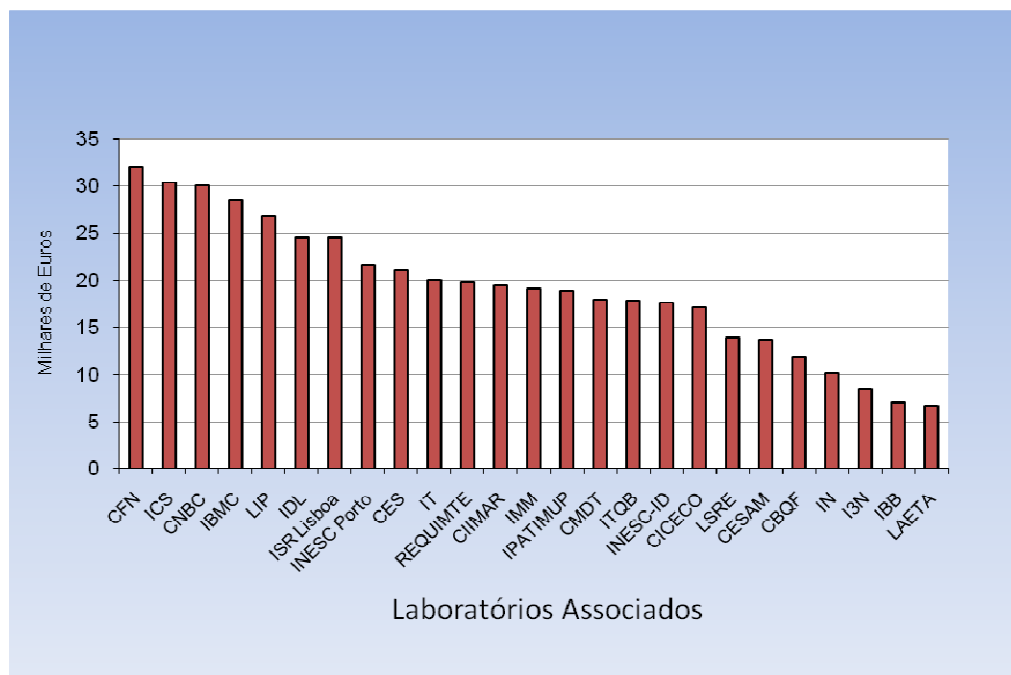
Através do Gráfico 12 apresenta-se a distribuição por LA dos mesmos ETI's, onde se pode verificar ser o Requite a instituição com maior número de investigadores seguido do LAETA, IBB e IBMC.

Gráfico 12 – Distribuição dos ETI pelos Laboratórios Associados (em 31.Dez.2007)



No Gráfico 13 podemos observar que o financiamento médio por ETI por Laboratório Associado atinge o seu máximo valor de € 32 300, 00 no CFN, seguido do ICS e do CNBC.

Gráfico 13 – Financiamento médio por ETI por Laboratório Associado



Homologação de projectos pelo POCI 2010 e POS_C

No ano de 2008 foram aprovadas, pela Unidade de Gestão do POCI 2010 e homologadas pela tutela, as reprogramações dos projectos relativos aos seguintes Laboratórios Associados:

- Centro de Química Fina e Biotecnologia (REQUIMTE) e Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos (CICECO), no âmbito da Medida V.3 “Ciência e Tecnologia para a Inovação”, envolvendo um volume de financiamento total de € 6.768.679,69.
- Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), no âmbito da Medida VI.1 “Mobilização do Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação para as Políticas Públicas”, envolvendo um volume de financiamento de € 2.223.635,38€ em contrapartida com a desafecção de € 2.280.241,00 do Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos (CICECO) na mesma Medida.

Foi igualmente aprovada, pela Unidade de Gestão do POCI 2010, e homologada pela tutela, a reprogramação de 108 projectos de Unidades de I&D financiados ao abrigo das Medidas II.1 e V.3 no total de € 10.999.220,95.

No âmbito da Medida 1.3 “Investigação e Desenvolvimento”, em 2008 foi também aprovada pela Unidade de Gestão do POS_C e homologada pela tutela, a reprogramação de 18 Projectos de Unidades de I&D, envolvendo um reforço financeiro total de € 3.981.763,00.

Encerramento do QCA III

Durante o 1º semestre de 2008 o Gabinete de Gestão POS_C, no âmbito do processo de encerramento do QCA III, e na sequência da Missão Comunitária da DGRegio, em Março de 2007, levou a cabo mais algumas acções enquadradas no Plano de Acção iniciado em 2007, que integrou, entre outras actividades, um conjunto de visitas no terreno, a diferentes projectos de unidades de I&D financiados no âmbito do FEDER, em cuja preparação e acompanhamento participou um técnico da DSRICT.

O DSRICT acompanhou ainda a preparação e execução das auditorias de controlo de 1º nível levadas a cabo no ano de 2008 pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais POCL 2010 e POS_C, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 438/2001, da Comissão.

Foram concluídas as auditorias técnico-financeiras às despesas realizadas pelos destinatários finais dos apoios concedidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, abrangendo o período de 2006. Procedeu-se ainda à contratação das empresas de auditoria, de acordo com a legislação em vigor, tendo como objectivo a certificação das despesas realizadas pelas Unidades de I&D e LA's, no âmbito do POCL e POS_C, referentes ao ano de 2007. Os trabalhos de verificação da despesa junto dos beneficiários finais decorreram durante o ano de 2008.

De acordo com a despesa certificada pelos beneficiários finais resultantes dos trabalhos de auditorias concluídos e tendo em vista o encerramento dos projectos de Unidades de I&D e Laboratórios Associados no âmbito do QCA III, foram enviadas ao Gabinete de Gestão do POCL 289 fichas de encerramento para aprovação. Do universo de 703 projectos financiados com fundos comunitários, ficaram por encerrar 414.

3.2.3. Projectos apoiados no âmbito do Fundo Social Europeu

Na sequência do contrato-programa celebrado entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o Programa Operacional Ciência e Inovação 2010, a FCT efectuou a gestão da Acção V.1.3 – Apoio a Núcleos de Desenvolvimento Científico-Tecnológico e de Inovação, da Medida V.1 – Formação e Qualificação para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, comparticipados pelo Fundo Social Europeu (65,7 %) e por Fundos Nacionais (34,3%).

Em 2008, continuaram em execução, os apoios aos três Núcleos de Desenvolvimento Científico-Tecnológico e de Inovação, aprovados em 2006, que envolveram a contratação de 12 investigadores doutorados e um financiamento aprovado no montante de € 1.214.0009,09, tendo sido o valor de execução pública em 2008 de € 160.798,35. Para que se proceda ao encerramento dos apoios em questão falta ainda o pagamento do remanescente na ordem dos €135.586,62.

3.2.4. Reforma dos Laboratórios do Estado

Por forma a viabilizar a conclusão dos projectos iniciados no âmbito do Programa de Apoio à Reforma dos Laboratórios do Estado e outras acções em Instituições Públicas ou de Interesse Público de Investigação, foi dado seguimento à análise da execução material e financeira dos projectos ainda em curso e/ou concluídos.

De salientar que em finais de 2008 encontravam-se por encerrar 9 dossiers financeiros e por concluir material e financeiramente um projecto, objecto de candidatura ao POCI 2010, o qual foi aprovado no Eixo Prioritário II, Medida II.2, em Fevereiro de 2009.

3.2.5. Programa Nacional de Re-Equipamento Científico (PNRC)

O Programa Nacional de Re-equipamento Científico (PNRC) em curso de execução financiou projectos de renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos. O financiamento atribuído tem como objectivos, entre outros:

- O reforço das condições infra-estruturais para actividades científicas de elevada qualidade e para a cooperação científica nacional e internacional;
- A prática institucionalizada da partilha de recursos;
- A disponibilização de equipamentos científicos de uso comum para uso alargado da comunidade científica.

O financiamento concedido tem como fontes de financiamento o “POCI 2010 – Programa Operacional Ciência e Inovação 2010” (III Quadro Comunitário de Apoio), Eixos Prioritários II: Medidas II.2 – “Organizar uma Matriz Coerente de Equipamentos Científicos” e IV – Ciência e Ensino Superior, Medida IV.5 – “Equipamentos da Ciência” e o Projecto “Reequipamento Científico”.

Compromissos financeiros assumidos

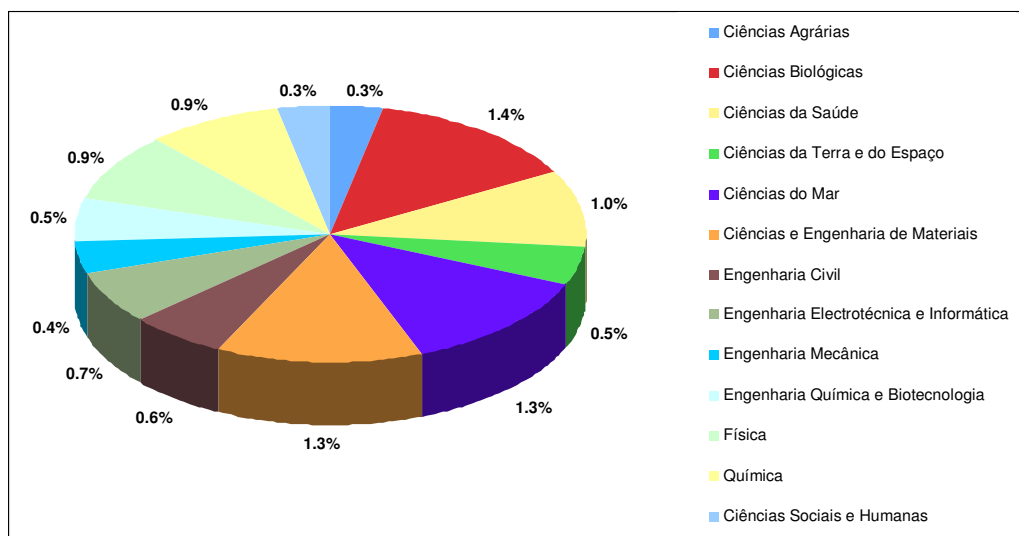
O financiamento total aprovado no âmbito do Programa Nacional de Re-equipamento Científico, até finais de 2008, cifra-se em € 91 670 500,4 (78,4% reporta-se a “projectos não integrados em Rede” e 21,6% a “projectos integrados em Rede”), a que corresponde um total de 241 projectos financiados, dos quais 214 são “projectos não integrados em Rede” e 27 projectos estão integrados em Redes Nacionais.

O financiamento atribuído tem a seguinte origem: 61,8% é co-financiado por fundos comunitários FEDER (a taxa média de financiamento FEDER é de 50,2%, sendo o remanescente suportado por financiamento nacional) e 38,2% é coberto exclusivamente por financiamento nacional (OE).

A distribuição do financiamento atribuído, por região, é a seguinte: Norte (25,8%), Centro (21,2%), Lisboa e Vale do Tejo (49,4%), Alentejo (0,9%), Algarve (2,1%), Região Autónoma dos Açores (0,3%) e Região Autónoma da Madeira (0,3 %).

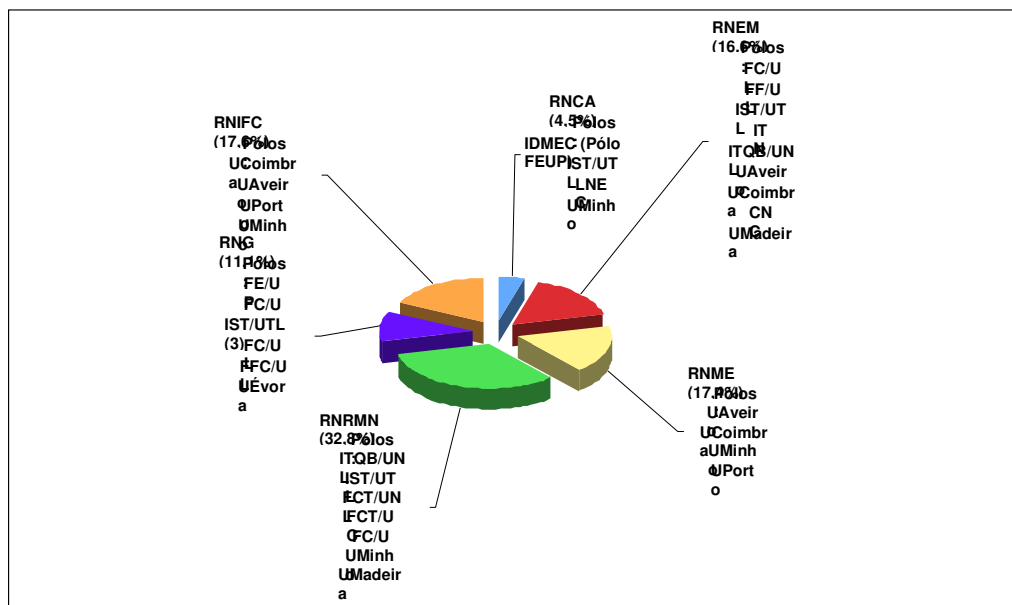
A repartição do financiamento atribuído até finais de 2008, por área científica, é a que consta do Gráfico 14.

Gráfico 14 – Distribuição do Total do Financiamento Atribuído a Projectos não Integrados em Redes



A distribuição do financiamento aprovado para as Redes Nacionais de: Computação Avançada (RNCA), Espectrometria de Massa (RNEM), Microscopia Electrónica (RNME), Ressonância Magnética Nuclear (RNRMN), Geofísica (RNG) e Imagiologia Funcional Cerebral (RNIFC), está representada no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Repartição, por Rede, do total do Financiamento Atribuído às Redes Nacionais e Identificação dos respectivos Pólos, à data de 31/12/2008; Redes Nacionais



Execução material e financeira - Execução de contratos relativos a “projectos não integrados em Redes” e “projectos integrados em Redes

Do financiamento total aprovado no âmbito do Programa Nacional de Re-equipamento Científico no montante de € 91 670 500,4, foi liquidado às Entidades Beneficiárias, no período de 2005 a 2008, o montante de € 89 341 548,91 (97%), dos quais, € 2 867 944,18 foram pagos em 2008 (3%).

Dos 241 projectos financiados, foram concluídos até finais de 2008, 141 projectos que correspondem a 58,5% do total de projectos financiados, 43,4 % do total do investimento global previsto e 46,9 % do financiamento total máximo atribuído (vide Gráficos 16 e 17).

Gráfico 16 - Investimento Previsto / Realizado no âmbito do PNRC - 31/12/2008

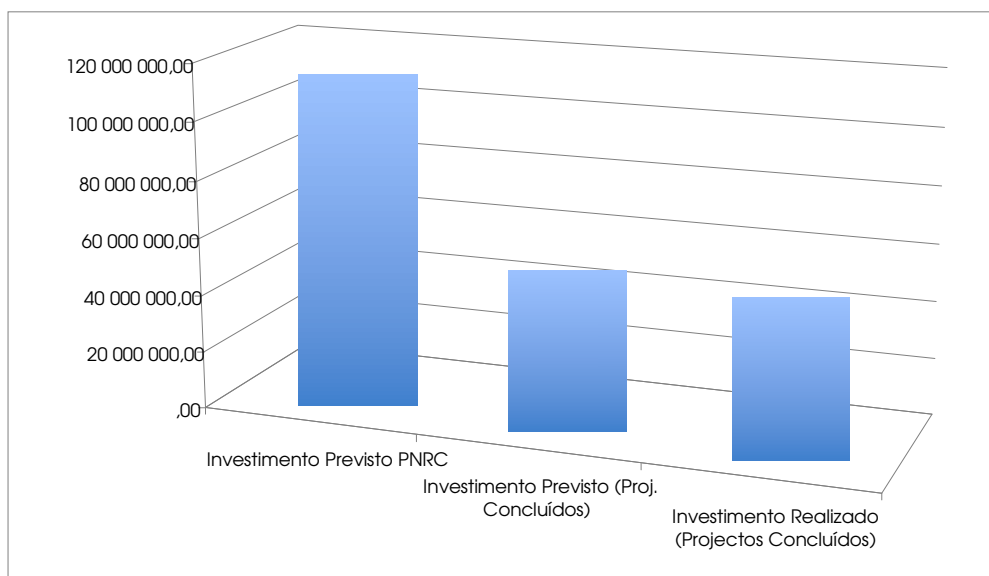
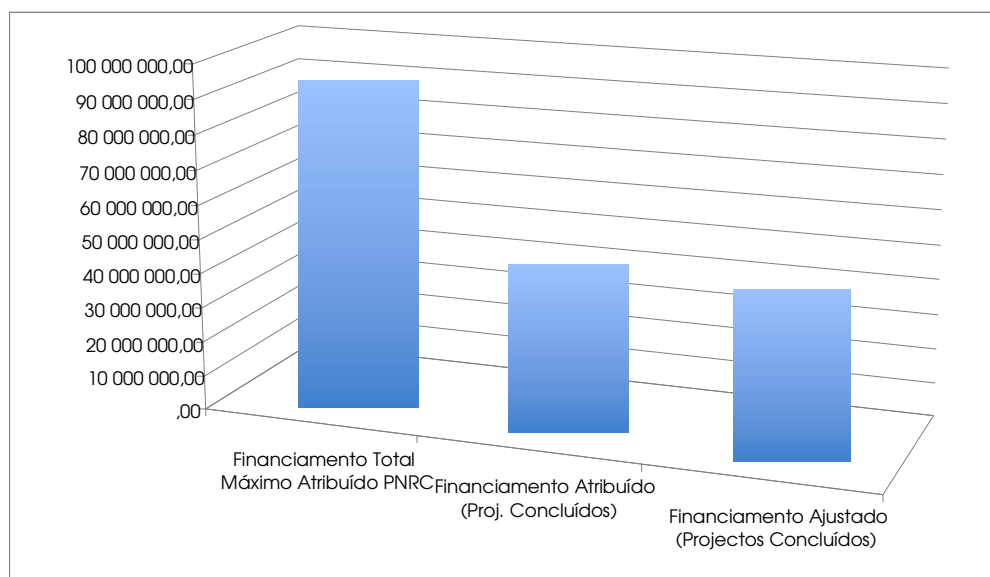


Gráfico 17 - Financiamento Atribuído /Ajustado no âmbito do PNRC - 31/12/2008



Contratos-Programa Plurianuais das Redes Nacionais

O Programa Nacional de Re-equipamento Científico foi criado com o objectivo de apoiar financeiramente “projectos de renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos” e de “*promover parcerias e a partilha de equipamentos entre instituições de investigação científica e tecnológica*”. Entendeu-se, por isso, que um número significativo de grandes equipamentos deveria ser inserido em Redes Nacionais, obedecendo a condições de contratualização, utilização e acompanhamento específicas”.

Nestas condições, foram constituídas seis (6) Redes, definidas com base nas propostas recomendadas para financiamento pelos Painéis de avaliação e no conhecimento das necessidades e capacidades das instituições nacionais.

A Proposta de criação de cada uma das Redes prevê que seja estabelecido um Contrato Programa Plurianual com as instituições de acolhimento dos equipamentos que a integram e instituições aderentes, em função dos equipamentos que trouxeram para a Rede e dos serviços que prestarem no seu âmbito.

No âmbito do Contrato Programa Plurianual com as instituições de acolhimento dos equipamentos definir-se-á a comparticipação das despesas inerentes ao funcionamento da Rede como um serviço aberto à comunidade científica em geral e serão estabelecidas as obrigações institucionais correspondentes.

Na fase final de aquisição e instalação dos equipamentos, em 2006/2007, os Investigadores Responsáveis das Entidades de acolhimento dos equipamentos em colaboração com as Infra-estruturas da FCT elaboraram um Protocolo de Colaboração e o Modelo de Gestão das Redes.

Em 2008, o Presidente do Conselho Coordenador da RNEM e o Presidente da Comissão de

Gestão da RNME, submeteram às Infra-estruturas da FCT, as Propostas de Contrato-Programa, para o período 2009-2011, que foram objecto de análise e decisão por parte da FCT.

Os Responsáveis das Redes de RMN e RCA apresentaram igualmente Propostas de Contrato-Programa que carecem de reformulação.

3.2.6. Programa Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)

O Fundo de Apoio à Comunidade Científica é um programa específico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que se destina a apoiar as actividades regulares da comunidade científica e das suas instituições e a promover o seu desenvolvimento e internacionalização e que não possam ser apoiadas através de programas específicos da FCT, com os quais actua de forma complementar e articulada, nomeadamente:

- Organização de reuniões científicas em Portugal;
- Edição de publicações periódicas de natureza científica;
- Funcionamento de sociedades científicas ou de outras instituições científicas da mesma natureza;
- Edição de publicações não periódicas de natureza científica.
- Participação de doutorados ou estudantes de pós-graduação em reuniões científicas no estrangeiro;
- Estadia de curta duração em Portugal de cientistas residentes no estrangeiro.

O concurso para apresentação de candidaturas ao Programa FACC encontra-se aberto em permanência devendo ser respeitados os prazos estipulados no Regulamento para cada tipo de apoio.

Em 2008 foram apresentados 1.561 pedidos, tendo sido apoiados 1.139, de acordo com a seguinte distribuição por tipos e respectivo financiamento:

Quadro 3 - Apoios FACC por tipo de pedido – 2008

Tipos	Número Pedidos	Pedidos apoiados		Financiamento
		Nº	%	
T1	591	483	82%	€ 954.822
T2	91	75	82%	€ 92.930
T3	36	30	83%	€ 46.050
T4	164	135	82%	€ 147.675
T5	606	397	66%	€ 283.311
T6	73	19	26%	€ 18.200
Total	1.561	1.139	73%	€ 1.542.988

T1 - Organização de Reuniões Científicas em Portugal

T2 - Edição de Publicações Periódicas de Natureza Científica

T3 - Funcionamento de Sociedades Científicas

T4 - Edição de Publicações Não Periódicas de Natureza Científica

T5 - Participação de doutorados ou estudantes em Reuniões Científicas no Estrangeiro

T6 - Estadia de Curta Duração de Cientistas Residentes no Estrangeiro

Financiamento

Para além das acções atrás mencionadas a FCT procede ainda ao financiamento da participação da FCT em organizações portuguesas e estrangeiras e à atribuição de subsídios de carácter pontual a acções consideradas de relevância na área da ciência e da tecnologia.

No ano de 2008, foram efectuados os pagamentos constantes do Quadro 4.

Quadro 4 - Financiamentos no âmbito dos Apoios Especiais - 2008

TIPO DE APOIO	INSTITUIÇÕES	MONTANTES
Quotas e contribuições Nacionais	IBET	€ 211.045
	ILTEC	€ 25.000
	LISPOLIS	€ 5.000
	Sociedade de geografia de Lisboa	€ 24.102
Quotas e contribuições internacionais	ESF– Marine Board	€ 19.667
	<i>European Polar Board</i>	€ 6.936
	Plataforma europeia de mulheres cientistas	€ 10.000
Prémio EURyi	IMM	€ 207.928
Protocolos	FCT/ FCG (textos universitários em CSH)	€ 240.000
	Despesas de avaliação dos Textos Univ	€ 49.720
	FCT/Europarque	€ 236.921
	FCT/Museu Nacional de Azulejo	€ 770
	FCT/IMAR (EurOcean)	€ 60.000
	FCT/FIIP	€ 500
Acções de apoio à c&t	Exposições/reuniões, missões, prémios,etc	€ 176.666
	Programa Polar Português	€138.489
Total		€ 1.412.744

Colecção Textos Universitários

Através de um Protocolo estabelecido com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), é apoiada a edição de monografias na área das Ciências Sociais e Humanas, sendo as obras seleccionadas posteriormente publicadas na série “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas FCT/FCG”.

São admitidos trabalhos originais com a forma de monografias científicas, elaboradas no quadro de ensino superior ou de instituições a estas associadas, incluindo as que revestem a natureza de teses de doutoramento. Não são admitidos trabalhos no âmbito de licenciaturas e mestrados. Apenas são seleccionados trabalhos redigidos em língua portuguesa ou com compromisso de tradução para a publicação.

As obras submetidas a concurso são avaliadas por dois avaliadores, sendo o primeiro da

responsabilidade da FCT e o segundo da FCG.

Em 2008 foram apresentados 140 pedidos, dos quais 8 foram recusados. Foram objecto de avaliação 132 candidaturas.

Das 132 candidaturas sujeitas a avaliação, 97 obtiveram parecer positivo e 35 parecer negativo. Foram enviadas para a FCG 29 candidaturas que obtiveram a pontuação máxima na avaliação. Após avaliação da FCG foram aprovadas para publicação 12 obras.

3.3. Promoção da produção científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação

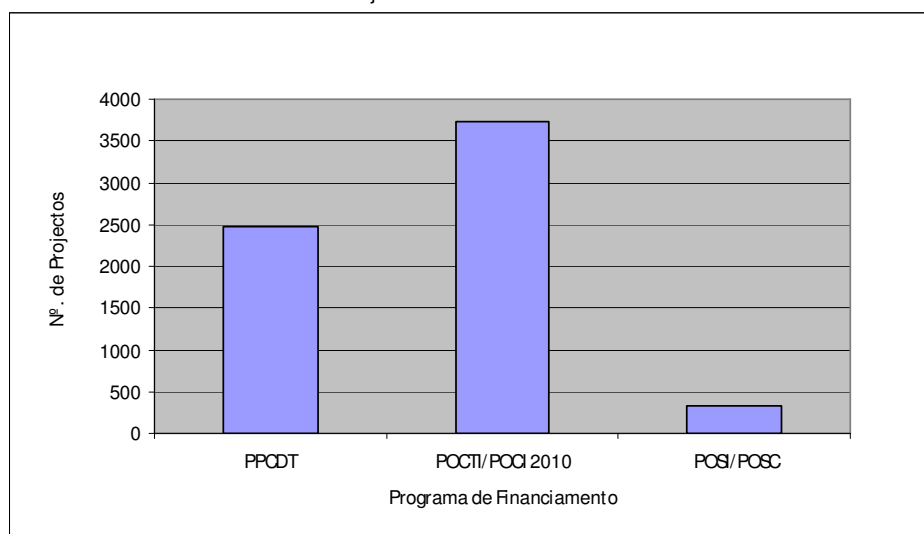
No âmbito da missão da FCT, e em cumprimento das atribuições que lhe foram cometidas, cabe à instituição “promover e apoiar a realização de programas e projectos nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico” e ainda “financiar ou co-financiar os programas e projectos aprovados e acompanhar a respectiva execução”. Para a concretização destas acções a FCT conta especificamente com o apoio do Departamento de Programas e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT), cujas atribuições específicas focam-se essencialmente na abertura de concursos públicos para financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico em todos os domínios científicos, na avaliação e selecção de candidaturas efectuada em estreita articulação com painéis de avaliação internacionais e na gestão financeira e material dos projectos financiados.

3.3.1. Projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em execução

No ano de 2008, a FCT, através do DPPICDT, foi responsável pela gestão de 6.530 projectos de investigação em todos os domínios científicos e em áreas estratégicas definidas como fundamentais para o desenvolvimento económico-social da sociedade portuguesa, com financiamento assegurado por fundos nacionais e comunitários.

A distribuição dos 6.530 projectos por Programa de Financiamento, encontra-se representada no Gráfico 18.

Gráfico 18 - Projectos em curso no DPPICDT em 2008



Encontrando-se o DPPICDT associado à gestão de parte das Medidas II.3 “Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação”, V.4 “Investigação e Desenvolvimento Científico” e V.5 “Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Cooperação Europeia e Internacional” do Programa POCTI/POCI2010, constata-se que do total de projectos

em execução no ano de 2008, 3.731, envolvendo um financiamento de € 236.415.072, têm enquadramento nestas Medidas, correspondendo a 57% dos projectos geridos pelo Departamento nesse período.

Segue-se o Programa PPCDT e o Programa POSI/POSC (Medida I.3), tendo este último associado 335 projectos (5%) orientados para as Tecnologias da Informação e Comunicação na Sociedade da Informação, atingindo um financiamento global de € 19.697.423.

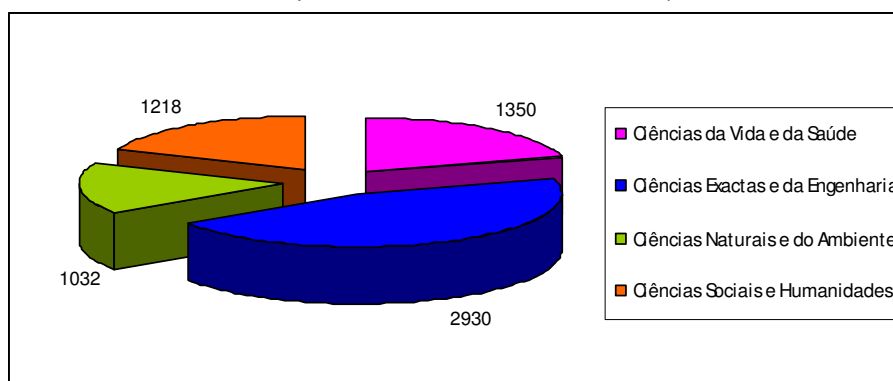
No âmbito do PPCDT foram homologados um total de 2.464 projectos com um volume de financiamento de € 196.835.459, tendo este Programa assegurado, em 2008, maioritariamente a execução dos projectos seleccionados através do Concurso em Todos os Domínios Científicos aberto pela FCT, I.P. em 2006.

Estão igualmente incluídos neste Programa os projectos aprovados através de concursos específicos, como é o caso de projectos nas áreas de imigração e minorias étnicas, igualdade entre homens e mulheres em Portugal, investigação no domínio da Sida, factores de sucesso escolar no ensino básico e secundário, reabilitação e integração de pessoas com deficiência, toxicodependência e investigação na área do Espaço.

Os projectos apoiados no âmbito de acordos de cooperação com o CERN e o ESO foram também eles homologados através do PPCDT, bem como o apoio à participação de equipas portuguesas em projectos internacionais associados aos Programas EUROCORES e ERA-NET.

O Gráfico 19 apresenta a distribuição do total dos projectos em execução em 2008 por grandes domínios científicos.

Gráfico 19 - Projectos em curso no DPICDT em 2008, por domínio científico



O domínio das Ciências Exactas e da Engenharia inclui cerca de 45% dos projectos geridos pelo Departamento, englobando um volume de financiamento de € 191.417.239, seguido do domínio das Ciências da Vida e da Saúde com 1.350 projectos (21%) e um financiamento associado de € 109.388.498. As Ciências Sociais e Humanidades surgem com 1.218 projectos (19%) e um financiamento concedido de € 65.839.161 e por fim as Ciências Naturais e do Ambiente com 1.032 projectos em execução (16%) e um financiamento de € 86.303.056.

Constata-se que existe uma diferença significativa no número de projectos em execução e do financiamento associado ao domínio das Ciências Exactas e da Engenharia face aos restantes domínios científicos justificada pelo facto deste domínio englobar 35% das áreas/sub-áreas científicas geridas pelo DPPICDT.

3.3.2. Actividades realizadas

Encerramento de Projectos de Investigação - QCA III

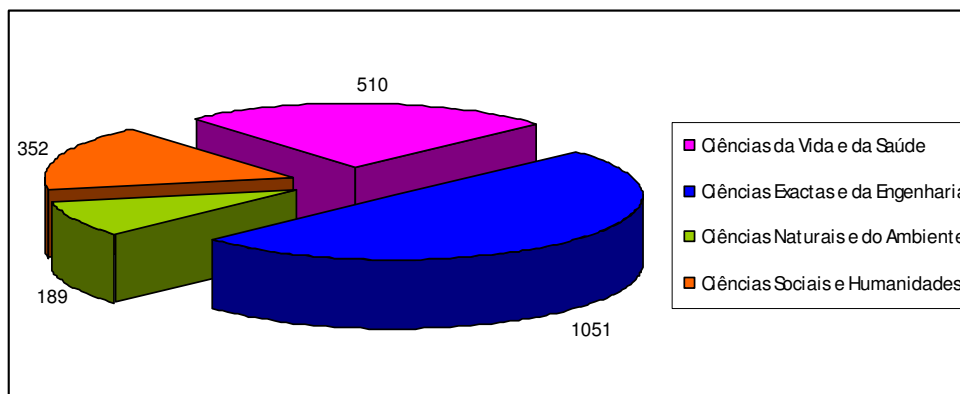
Atendendo aos prazos impostos pela Comissão Europeia, o encerramento dos projectos financiados através do QCA III assumiu particular importância no desempenho do DPPICDT, tendo sido superado o objectivo traçado para o ano de 2008, com o encerramento de 51% dos projectos.

Este processo envolve o envio das Fichas de Aprovação do Relatório Final de cada projecto aos Gabinetes de Gestão dos respectivos Programas Operacionais, após cumprimento dos requisitos a seguir descritos:

- Componente de execução material do Relatório Final avaliada e aprovada por Comissão de Avaliação nomeada para o efeito;
- Gastos Gerais regularizados;
- Componente de execução financeira do Relatório Final analisada pelo Técnico do DPPICDT e validada pelas Instituições Beneficiárias.

Dos 4.139 projectos geridos pelo DPPICDT e homologados no âmbito dos Programas POCTI/POCI 2010 e POSI/POSC, em 31-12-2008, encontravam-se encerrados 2.102 projectos de investigação, distribuídos pelos quatro grandes domínios científicos conforme o Gráfico 20.

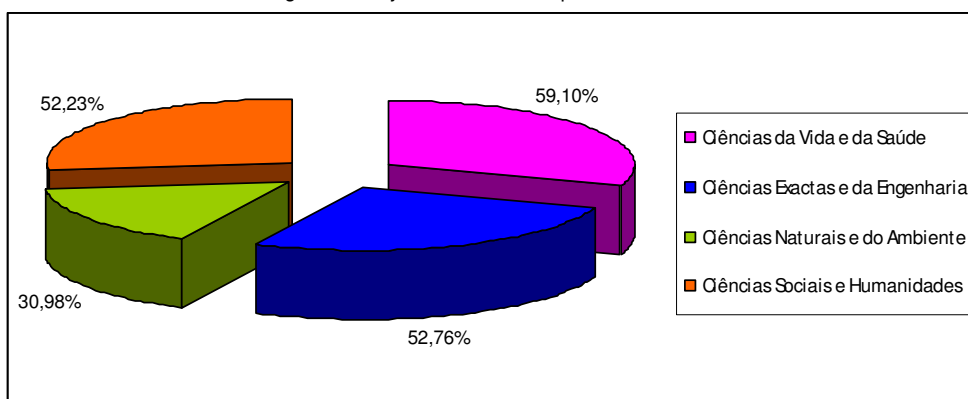
Gráfico 20 – Número de Projectos encerrados por domínio científico em 31/12/2008



São as Ciências Naturais e do Ambiente o domínio científico que apresenta, em 31-12-2008, a mais baixa taxa de encerramento devido essencialmente aos atrasos registados na avaliação de Relatórios Finais de projectos de algumas áreas incluídas neste domínio.

Os restantes domínios científicos excederam o objectivo definido de encerramento de 50% dos projectos em execução, conforme se pode observar pela análise do Gráfico 21.

Gráfico 21 – Percentagem de Projectos encerrados por Domínio Científico em 31/12/2008



De forma a garantir, num reduzido período de tempo, a validação de despesa apresentada no âmbito dos projectos (despesa directa e gastos gerais), foi importante o apoio prestado pela empresa “Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.”, permitindo, assim, conjuntamente com uma actuação eficaz dos Técnicos do DPPICDT, o encerramento de um número superior a 2.000 projectos de investigação.

O trabalho realizado pela empresa atrás referida incidiu na análise da elegibilidade de despesas apresentadas pelas Instituições Beneficiárias (no valor de € 29.200.000,00) e a inserção, nas Bases de Dados da FCT, I.P., dos montantes de despesa considerados elegíveis, não elegíveis e de elegibilidade duvidosa, com justificação fundamentada para os resultados encontrados.

Com o objectivo de auxiliar a empresa adjudicatária na concretização do seu trabalho, o DPPICDT elaborou um manual de procedimentos (“*Guidelines* - Validação de Despesa”) que foi disponibilizado na página da Intranet da FCT, I.P. e que serviu de base à actividade desenvolvida pela empresa externa.

No âmbito dos projectos afectos ao QCA III foi validada pela FCT, I.P., ao longo do ano de 2008, despesa no valor global de € 43.109.942,46, distribuída do seguinte modo:

Quadro 5 - Despesa validada no ano de 2008

Unidade: euro

Programa	Despesas Directas	Gastos Gerais	Total
POCTI/POCI 2010	30.711.643,94	9.080.434,33	39.792.078,27
POSI/POSC	2.642.473,46	675.390,73	3.317.864,19
Total	33.354.117,40	9.755.825,06	43.109.942,46

O volume de despesa validada comprova a elevada execução por parte das Entidades Beneficiárias no âmbito dos projectos financiados.

Gastos Gerais - Chaves de Imputação e Validação de Despesa

No final do ano de 2008, encontravam-se aprovadas cerca de 225 metodologias de repartição que suportam a imputação dos custos indirectos das actividades de investigação, tendo 26 dessas metodologias sido aprovadas durante o ano a que reporta o presente relatório de actividades.

No que se refere aos projectos financiados através dos Programas POCTI/POCI 2010 e POSI/POSC, a implementação da metodologia de validação das despesas de Gastos Gerais, com carácter de aplicação obrigatória e retroactiva ao ano civil de 1999, implicou atrasos significativos no encerramento destes projectos, inviabilizando-o na sequência imediata da conclusão do prazo de execução.

Atendendo à imposição dos prazos de encerramento do QCA III, foram estabelecidas datas limite às Instituições Beneficiárias para o envio dos últimos Pedidos de Pagamento, envolvendo um enorme esforço, por parte dos Técnicos do DPICDT e das Instituições Beneficiárias, no sentido de regularizar a totalidade das despesas gerais destes projectos.

Assim sendo, foi no ano de 2008 que se verificou o maior volume de despesa de Gastos Gerais validada (€9.926.993,17), bem como o maior número de Pedidos de Pagamento analisados (4.301), conforme se pode constatar pela análise dos Quadros 6 e 7.

Quadro 6- Evolução da Despesa de Gastos Gerais validada

Unidade: euro

Programa	Até 2005	2006	2007	2008	Total
POCTI/POCI 2010	3.889.959,77	5.406.590,48	4.807.401,18	9.080.434,33	23.184.385,76
POSI/POSC	55.741,10	340.590,57	361.096,29	675.390,73	1.432.818,69
PPCDT	42.678,80	92.106,06	91.562,88	171.168,11	397.515,85
Total	3.988.379,67	5.839.287,11	5.260.060,35	9.926.993,17	25.014.720,30

Quadro 7- Evolução do Número de Pedidos de Pagamento de Gastos Gerais analisados

Programa	Até 2005	2006	2007	2008	Total
POCTI/POCI 2010	722	2051	2325	3883	8981
POSI/POSC	13	163	182	318	676
PPCDT	8	37	60	100	205
Total	743	2251	2567	4301	9862

Gastos Gerais - auditoria

Em complemento à validação de despesas de Gastos Gerais, tendo por base as distintas Chaves de Imputação, foi imposta, no âmbito do Plano de Recuperação do POCTI, a exigência adicional da verificação in loco dos documentos da despesa validada para uma amostra constituída por 123 projectos financiados através da Medida II.3 desse Programa.

Durante o ano de 2008, a verificação dos documentos contabilísticos da despesa considerada elegível na rubrica de Gastos Gerais, bem como a análise da conformidade dos procedimentos inerentes à correcta justificação deste tipo de despesas por parte das Instituições Beneficiárias, esteve a cargo da empresa “DFK & Associados, SROC, SA”.

Este processo foi coordenado e acompanhado pelos Técnicos do DPICDT, encontrando-se, no final do ano de 2008 praticamente concluído, possibilitando, deste modo, o encerramento dos projectos dentro da data definida, tendo em conta as metas estabelecidas para o Departamento.

Concursos Abertos

O financiamento de projectos de investigação é consubstanciado através da abertura de concursos públicos divulgados no sítio da FCT, I.P. e na imprensa, sendo para isso utilizados um jornal diário e um semanário de grande tiragem.

Os concursos são definidos nos Editais nos quais constam os respectivos objectivos e/ou prioridades, período de duração, destinatários, montantes de financiamento e outras especificidades próprias de cada concurso. As candidaturas devem, ainda, respeitar os respectivos Regulamentos de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico.

As candidaturas são submetidas electronicamente pela Internet, sendo disponibilizado um formulário electrónico, base de dados estruturada residente na FCT, I.P. e um conjunto de programas que permite a gestão electrónica integrada das candidaturas desde a submissão até aos pagamentos e ao controlo da execução dos projectos aprovados.

No ano de 2008, foram abertos 4 Concursos indicados no Quadro 8.

Quadro 8 – Concursos Abertos em 2008

Concurso	Data de Concurso	N.º Candidaturas Submetidas	N.º Candidaturas Aprovadas
Projectos de Investigação sobre factores de sucesso escolar no ensino básico e secundário	05/05/2008 a 30/06/2008	38	11
Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i>	02/06/2008 a 01/07/2008	37	28
Concurso no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal	01/09/2008 a 13/10/2008	58	-
Concurso para Financiamento de Projectos de ICDT em todos os Domínios Científicos	26/11/2008 a 06/02/2009	-	-

Destaca-se o concurso de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos aberto no final de 2008, no âmbito do qual foram introduzidas alterações ao Regulamento anterior no sentido de o tornar mais geral e adaptado às regras de co-financiamento do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) do QREN.

Salienta-se ainda a disponibilização pela primeira vez à comunidade científica de um “Guião para Elaboração e Submissão de Propostas de Projectos de I&DT” que se destinou a esclarecer aspectos do processo de submissão, a facilitar e orientar a elaboração da candidatura e a informar sobre os processos de avaliação, de comunicação da decisão e de audiência prévia.

Avaliações efectuadas - candidaturas

A avaliação das candidaturas baseia-se num processo de apreciação ex-ante efectuado por Painéis de Avaliação constituídos por cientistas internacionais, com possibilidade de recurso a Peritos Externos. Todo o processo é realizado online, culminando com uma reunião de avaliação presencial para deliberação das decisões finais.

As candidaturas submetidas em 2008 foram avaliadas tendo em conta os seguintes critérios de avaliação:

- I. Mérito científico, relevância, originalidade, metodologia e resultados esperados da actividade proposta;
- II. Mérito e produtividade científica da equipa de investigação e suas qualificações para executar o projecto;
- III. Capacidade das Instituições Participantes;
- IV. Exequibilidade do programa de trabalhos e razoabilidade orçamental;
- V. Quando apropriado, nível de envolvimento institucional e de co-financiamento por parte de utilizadores, empresas e outras entidades.

A aplicação daqueles parâmetros de avaliação teve ainda em conta os seguintes aspectos:

- a) Resultados dos projectos realizados anteriormente pelos membros da equipa de investigação;
- b) Envolvimento de jovens investigadores em formação;
- c) Disponibilidade da equipa e não sobreposição de objectivos face a outros projectos em curso;
- d) Grau de internacionalização da equipa.

Sendo a avaliação e selecção das candidaturas assegurada por Painéis de Avaliação externos à FCT, I.P., os Gestores facultaram o apoio logístico às sessões de avaliação, preparando as reuniões presenciais dos Painéis, acompanhando e participando nas referidas reuniões, responsabilizando-se, ainda, pela elaboração das propostas de pagamento das despesas respeitantes à realização das reuniões dos Painéis (viagens, alojamento, *catering*, aluguer de computadores e subsídios de avaliação).

No ano de 2008 decorreu, a avaliação das candidaturas apresentadas no âmbito do Concurso para Financiamento de Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no Domínio da Investigação Clínica aberto em 2007, procedendo-se, ainda, a reuniões de avaliação

das candidaturas submetidas no âmbito dos Concurso para Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o *European Laboratory for Particle Physics* e Projectos de Investigação sobre factores de sucesso escolar no ensino básico e secundário.

Estes processos de avaliação, que envolveram a análise de um total de 399 candidaturas, contaram com a participação de 15 avaliadores nacionais e internacionais que integraram os painéis de avaliação e cerca de 100 peritos externos que, embora não participando nas reuniões presenciais dos painéis em Lisboa, efectuaram a avaliação das candidaturas on-line através do endereço <https://www.fct.mctes.pt/evaluation> utilizando um *username* e password cedidos pela FCT, I.P..

Avaliações efectuadas - Recursos

De acordo com o Artigo 11º do Regulamento de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, “até 15 dias úteis após a recepção da notificação da decisão do painel de avaliação, pode ser apresentado recurso da decisão, devidamente fundamentado, dirigido ao Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia”.

Compete às Comissões de Recurso “analisar as observações de carácter técnico ou científico apresentadas em sede de audiência prévia e recomendar a manutenção ou a modificação da decisão sobre a aprovação e o financiamento, bem como recomendar, de forma devidamente justificada, alterações ao projecto ou ao financiamento atribuído”.

Assim sendo, em 2008 as tarefas das Comissões de Recursos situaram-se a dois níveis:

- Análise das observações submetidas pelos/as Investigadores/as Responsáveis
Análise das observações dos proponentes face à argumentação científica dos painéis de avaliação no contexto dos resultados de avaliação de cada área científica e detecção de erros grosseiros ou actos negligentes que tenham resultado em prejuízo para os proponentes.
- Relatório Final
Elaboração de um Relatório Final que inclui, para além dos resultados, críticas e/ou recomendações que possam contribuir para a melhoria do sistema da avaliação

No ano de 2008, foi submetido a avaliação um total de 969 Recursos resultantes de reclamações apresentadas, maioritariamente, na sequência da divulgação dos resultados da avaliação do Concurso de 2006. Do total dos Recursos avaliados apenas 60 foram propostos para financiamento, correspondendo a uma taxa de sucesso de 6%. Para os restantes casos foi mantida a decisão inicial dos Painéis de Avaliação.

De referir que todos os recursos foram avaliados on-line através da utilização de formulários electrónicos.

Relatórios Finais

Com a avaliação dos relatórios finais pretende-se verificar em que medida se cumpriram os objectivos estabelecidos para o projecto, nas condições em que o mesmo foi executado.

Os resultados da avaliação dos relatórios são orientados em 3 grupos:

A – Relatório Final APROVADO. Os objectivos científicos previstos foram plenamente atingidos. Os resultados evidenciam grande qualidade científica, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais com *referee*. O projecto contribuiu para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida.

- B – Relatório Final APROVADO. Os objectivos foram parcialmente atingidos, mas de qualquer modo revelam actividade científica relevante e capacidade de realização da equipa.
- C – Relatório Final REPROVADO. Os objectivos não foram minimamente cumpridos. A equipa não mostrou capacidade para levar a bom termo nenhum dos objectivos a que se propôs.

A reprovação do relatório é sustentada por parecer detalhado e devidamente fundamentado, atendendo a que implica a anulação do projecto e consequente devolução da totalidade das verbas pagas às Instituições Beneficiárias envolvidas.

Os Relatórios Finais dos Projectos de Investigação de Concursos anteriores a 2004 foram apresentados à FCT, I.P. em suporte papel respeitando o formulário próprio disponibilizado para o efeito, sendo constituídos por uma componente financeira, que descreve a forma como foi aplicado o financiamento atribuído, e por uma componente material que relata a actividade científica e os resultados alcançados ao longo da execução.

Para todos os projectos financiados a partir do Concurso de 2004, o Relatório Final foi apresentado em formulário electrónico, sendo a Componente de Execução Material submetida electronicamente pelo Investigador Responsável. Após a conclusão da análise da execução financeira do projecto por parte do Gestor do DPPICDT, foi comunicado ao Investigador Responsável o encerramento da componente financeira do Relatório Final, dispondo o mesmo de 10 dias úteis para confirmação dos dados através de lacragem, impressão do Termo de Responsabilidade e respectivo envio à FCT, I.P. devidamente assinado e autenticado.

Os Relatórios Finais foram apreciados em 2008 por Comissões de Avaliação constituídas por elementos da Comunidade Científica nomeados para o efeito. Todo o processo de avaliação foi realizado on-line através da utilização de formulários electrónicos.

Aprovada a Componente Científica dos Relatórios Finais por parte das respectivas Comissões de Avaliação, e tratando-se de projectos que envolvem financiamento comunitário, as “Fichas de Encerramento” dos projectos foram enviadas aos Gabinete de Gestão dos Programas Operacionais, dando-se início ao processo de encerramento dos projectos, apenas considerado concluído após aprovação do Relatório por parte do Gestor do Programa Operacional e acerto final de contas.

Tendo em conta a data limite para encerramento dos Projectos de Investigação financiados através do QCA III, no ano de 2008 foram avaliados 1.916 Relatórios Finais de Projectos de Investigação distribuídos pelas diferentes áreas científicas envolvendo a participação de 104 avaliadores.

Outras Actividades na Área de C&T

Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência 2008

As Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência foram criadas pela L'Oréal Portugal, em conjunto com a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) e com a FCT, I.P., com o objectivo de promover a participação das mulheres na Ciência, incentivando as mais jovens e promissoras cientistas, em início de carreira, a realizarem estudos avançados na área das Ciências da Vida.

O concurso para atribuição das Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência 2008 encontrou-se aberto entre 1 de Junho e 15 de Julho, tendo sido recepcionadas 40 candidaturas, maioritariamente nas áreas das “Ciências da Saúde” e “Ciências Biológicas”.

Por forma agilizar as fases de candidatura e avaliação, foi decidido que as candidaturas seriam apresentadas em CD-Rom e posteriormente inseridas informaticamente num link criado para o efeito, com a finalidade de possibilitar o acesso online aos membros do Júri.

O Júri de avaliação, constituído por 7 elementos, reuniu nas instalações da FCT, I.P., em 3 de Outubro de 2008, deliberando atribuir, por unanimidade, as três Medalhas às seguintes candidatas:

Quadro 9 - Medalhas L'Oréal

Candidata	Designação do projecto	Domínio Científico	Instituição de Acolhimento
Paula Moreira	Da diabetes à demência: Explorando as vias de sinalização mediadas pela mitocôndria e suas proteínas desacopladoras	Ciências da Saúde	Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra
Susana Solá	<i>Linking Fibrillogenesis and the Apoptosis Induced by Amyloid T Mutant Peptides</i>	Ciências da Saúde	Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
Marina Kirillova	<i>New bio-inspired catalysts and chemical processes for a “greener” life</i>	Ciências Biológicas	Centro de Química Estrutural do IST

A cerimónia para entrega das Medalhas de Honra L'Oréal Portugal decorreu na Academia das Ciências de Lisboa no dia 10 de Novembro de 2008.

Prémio Pulido Valente Ciência – 2008 “Neurociências e Implicações Clínicas”

O Prémio Pulido Valente Ciência (PPVC), criado conjuntamente pela FCT, I.P. e pela Fundação Professor Francisco Pulido Valente (FPFV), visa distinguir o melhor trabalho publicado no domínio das Ciências Biomédicas, que descreva a investigação executada por investigadores, com idades inferiores a 35 anos, em laboratórios nacionais. O prémio, a atribuir anualmente, é no montante de € 10.000, a comparticipar, em partes iguais, pelas duas instituições promotoras.

O concurso da edição 2008 do PPVC esteve aberto entre 14 de Maio e 30 de Setembro, tendo sido recepcionadas 25 candidaturas.

As candidaturas foram avaliadas por um júri constituído por 5 elementos que deliberou distinguir, por unanimidade, o artigo *Transthyretin protects against A-Beta peptide toxicity by proteolytic*

cleavage of the peptide: a mechanism sensitive to the Kunitz protease inhibitor, publicado na revista PLoS 2008, da autoria de Rita Costa do Instituto de Biologia Celular e Molecular (IBMC).

O Júri deliberou, ainda, a atribuição de uma Menção Especial a Alexandra Rosa, autora do artigo *Mitochondrial haplogroup H1 is protective for ischemic stroke in Portuguese patients*, publicado na revista *BMC Medical Genetics*, atendendo a que foi o único trabalho apresentado com implicações clínicas.

Prémio de Investigação FCT, I.P. Santander Universidades para Jovens Docentes e Investigadores

Na sequência do Protocolo de Cooperação celebrado em 4 de Dezembro de 2008 entre a FCT, I.P. e o Banco Santander Totta foi criado o Prémio de Investigação Santander Universidades para Jovens Docentes e Investigadores, com o objectivo de estimular e aprofundar a investigação sobre os processos de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino superior em Portugal, promovendo o trabalho de investigação de âmbito multidisciplinar e a cooperação científica internacional nesta área.

Este Prémio reveste a forma de um apoio à investigação (nomeadamente uma “*Research Fellowship*”), consubstanciando-se na atribuição de um subsídio no montante de € 15.000,00 e, cumulativamente, de uma Bolsa de Investigação para a integração de um/a investigador/a na equipa do/a premiado/a. A Bolsa será concedida ao abrigo do Regulamento de Bolsas da FCT, I.P..

3.3.3. Execução financeira

Durante o ano de 2008, o DPPICDT teve a seu cargo a gestão financeira de dois Projectos do Programa de Investimentos de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), a saber:

- Projecto 3599 - Promover a Produção Científica e o Desenvolvimento Tecnológico
- Projecto 5876 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação, Criação de Redes Temáticas e de GRID

Estes Projectos têm por objectivo concretizar a missão da FCT, I.P. através da concessão de financiamentos na sequência de avaliação de mérito de propostas das equipas de investigação proponentes dos projectos. As suas dotações viabilizam não apenas a abertura de novos concursos, como também a assunção dos compromissos transitados de anos anteriores, suportando ainda as despesas de gestão, avaliação, acompanhamento e divulgação.

As fontes de financiamento que compõem os Projectos 3599 e 5876 são o Orçamento do Estado (OE) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Assim, a execução financeira do Departamento em 2008 foi assegurada através do OE e do FEDER, de acordo com os seguintes Programas de Financiamento:

Orçamento do Estado (OE)

- PPCDT - Promover a Produção Científica e o Desenvolvimento Tecnológico

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

- POCTI/POCI 2010 - Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
- POSI/POSC - Programa Operacional Sociedade do Conhecimento

De seguida, apresentam-se os dados relativos à execução orçamental do DPICDT em 2008 por Programa de Pagamento (3599 e 5876):

Quadro 10 - Execução Orçamental do Projecto 3599

unidade: Euro

Fonte de Financiamento	Fundos Recebidos	Execução Avaliações	Execução Projectos	Execução Total	Taxa de Execução
OE	31.544.488	337.108	30.658.451	30.995.559	98 %
FEDER	19.753.510	-	19.704.302	19.704.302	100%
TOTAL	51.297.998	337.108	50.362.753	50.699.861	99%

Quadro 11 - Execução Orçamental do Projecto 5876

unidade: Euro

Fonte de Financiamento	Fundos Recebidos	Execução Avaliações	Execução Projectos	Execução Total	Taxa de Execução
OE	22.895.806	-	22.233.325	22.233.325	97%
TOTAL	22.895.806	-	22.233.325	22.233.325	97%

O Quadro 12 apresenta os dados relativos ao número de projectos em execução por Programa, financiamento concedido e pagamentos efectuados em 2008.

Quadro 12 – Execução Financeira de Projectos por Programa de Financiamento

unidade: euro

Programa	Nº Projectos	Financiamento Concedido	Pagamentos efectuados
PPCDT	2464	196.835.459	49.640.508
POSI/POSC	335	19.697.423	1.633.864
POCTI/POCI 2010	3731	236.415.072	21.344.731
TOTAL	6530	452.947.954	72.619.103

A elevada execução orçamental do Programa PPCDT justifica-se essencialmente pelo facto de terem sido processados grande parte dos adiantamentos iniciais aos projectos de investigação financiados através do Concurso em Todos os Domínios Científicos /2006.

Sintetizando, em 2008, a execução financeira das verbas destinadas a pagamentos de projectos de investigação a cargo do DPICDT situou-se nos 98% face aos Fundos Recebidos, tendo assim o Departamento cumprido os objectivos de execução anuais.

3.3.4. Procedimentos de melhoria postos em prática

Durante o ano de 2008 vários procedimentos administrativos foram implementados no DPICDT com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço prestado na gestão de projectos de IC&DT.

Estas melhorias vieram munir os técnicos gestores de mais e melhores ferramentas de trabalho, o que se traduziu numa maior eficácia e eficiência do seu trabalho.

A elevada carga burocrática a que alguns procedimentos estavam sujeitos foi atenuada, tendo-se verificado repercussões positivas a nível interno (redução do volume de ofícios no expediente; aumento do número de “ofícios tipo” disponíveis; possibilidade de solicitar documentos e/ou prestar informações via e-mail) e a nível externo (redução dos prazos de resposta à comunidade científica).

Destaca-se a implementação dos seguintes procedimentos de melhoria administrativa:

- a) Disponibilização de ofícios on-line para a comunicação do resultado da análise de Pedidos de Pagamento;
- b) Implementação de um procedimento de pedido de informação e indicação de recepção de relatórios, documentação de bolsiros e de outros documentos por e-mail;
- c) Divulgação dos resultados da avaliação de Recursos via e-mail;
- d) Implementação de um procedimento de divulgação on-line, aos colaboradores do Departamento e Conselho Directivo da FCT, I.P., de dados estatísticos relativos à execução de projectos;
- e) Implementação, ao nível da avaliação electrónica de Relatórios Finais, de um mecanismo de envio de e-mails automáticos aos coordenadores das comissões de avaliação e Técnicos Gestores com informação relativa à lacragem da avaliação dos relatórios.

Considerar o e-mail como uma ferramenta válida de trabalho e a criação de automatismos de alerta na base de dados de gestão foram, de facto, determinantes para o bom desempenho do DPPICDT durante o ano de 2008.

Concomitantemente à implementação destes novos procedimentos administrativos foram produzidos pelos Técnicos Gestores do DPPICDT alguns manuais que foram a seu tempo divulgados ao Conselho Directivo da FCT, I.P. e que se encontram disponíveis no secretariado deste Departamento. Estes manuais, têm como objectivo principal compilar os procedimentos inerentes à gestão de projectos de IC&DT, desde a organização do dossier de projecto até à análise de elegibilidade de despesas, passando também por claras explicações de como utilizar a base de dados de apoio à gestão de projectos. Os manuais têm como principais destinatários, novos colaboradores e empresas externas à FCT, I.P. às quais são contratualizados serviços, nomeadamente na área de validação de despesa.

3.4. Cooperação Internacional em C&T

A intervenção da FCT IP na área da cooperação científica e tecnológica internacional é realizada através do Departamento de Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais (DREBM).

3.4.1. Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais

3.4.1.1. Conselho de Ministros da Competitividade da União Europeia

O DREBM participou activamente no acompanhamento e na preparação técnica das reuniões formais e informais dos Conselhos da Competitividade realizados em 2008 (ao todo 6 Conselhos, dos quais 4 formais e 2 informais). Este apoio técnico traduziu-se na preparação de pareceres sobre os vários assuntos agendados, na recolha e tratamento de informação relativamente à política nacional e comunitária de I&DT para apoio à tomada de decisão nas várias instâncias envolvidas no processo de decisão comunitário e por fim na preparação de todas as Pastas para apoio às intervenções do Senhor MCTES nos referidos Conselhos.

Neste âmbito foi mantida uma estreita colaboração com a Direcção-Geral dos Assuntos Europeus (vide ponto 3) e com a Representação de Portugal junto da UE, REPER.

A FCT assegurou ainda a representação de Portugal nas reuniões do Grupo de Investigação. Trata-se do grupo do Conselho responsável pela preparação da componente de investigação do Conselho da Competitividade.

3.4.1.2. Construção do Espaço Europeu de Investigação

O ano de 2008 foi marcado por intensa discussão sobre o conceito e visão do Espaço Europeu de Investigação (EEI) até 2020.

A discussão sobre o EEI inscreve-se na sequência da publicação pela Comissão em Abril de 2007 do Livro Verde sobre o EEI e dos movimentos desenvolvidos durante a Presidência Portuguesa da UE de discussão sobre o futuro da C&T na Europa, nomeadamente a Conferência de Alto Nível realizada em Lisboa em Outubro de 2007. Este tema ganhou ainda oportunidade acrescida na sequência das Conclusões do último Conselho da Primavera².

A Presidência eslovena (1º semestre de 2008) deu um importante contributo neste âmbito com o lançamento do Processo de Liubliana – Rumo à Plena Realização do EEI, tendo Portugal apoiado desde o início desta iniciativa.

Por sua vez a Comissão adoptou em 2008 as seguintes 5 iniciativas com vista também ao reforço da construção do EEI, as quais foram amplamente debatidas nos Conselhos da Competitividade:

- Melhores carreiras e mais mobilidade: uma parceria Europeia para os investigadores;
- Enquadramento legal para criação de infra-estruturas europeias de investigação;
- Código de Conduta para a gestão da propriedade intelectual por organizações públicas de investigação;
- Criação de programas conjuntos e sua programação conjunta;

² “Os EM são convidados a identificar como as suas estratégias de C&T contribuirão para a concretização do EEI e para uma governação mais efectiva do mesmo”.

- Enquadramento político para a cooperação internacional em Ciência e Tecnologia.

Sobre estas iniciativas foram adoptadas Conclusões ao longo dos vários Conselhos da Competitividade de que se salientam, pela importância que terão no futuro desenho da política científica europeia, as relativas à “Programação Conjunta”. Já sob a égide da Presidência francesa - que deu continuidade ao reforço da construção do EEI iniciado pela Presidência eslovena - os EM acordaram ir mais além do já existente a nível europeu em matéria de coordenação de programas e de iniciativas de interesse comum levadas a cabo por vários EM ou no quadro de organizações intergovernamentais, pretendendo-se fomentar abordagens mais estratégicas, sobretudo para a resolução de desafios sociais.

Neste quadro merece destaque o lançamento de uma experiência piloto de “Programação Conjunta”, sobre o tema das doenças neurodegenerativas, e em particular a doença de Alzheimer, que mereceu um forte apoio de Portugal.

No que se refere à parceria europeia para os investigadores, merece referência o mandato dado aos Ministros de Portugal e do Luxemburgo pelo Conselho da Competitividade de Setembro para reflectirem e proporem medidas para fazer avançar a referida parceria, cujos primeiros resultados foram apresentados no Conselho de 2 de Dezembro. Neste Conselho foram ainda aprovadas as Conclusões sobre “Visão 2020 para o EEI”.

CREST

Foram dados contributos para a discussão sobre o designado processo de Lubljana, tendo em vista o aprofundamento do Espaço Comum de Investigação no horizonte do ano de 2020.

Teve lugar um envolvimento activo em Grupos de Trabalho do CREST (órgão de aconselhamento da Comissão e do Conselho), no quadro do 4º ciclo do exercício relativo ao Método Aberto de Coordenação, previsto na Estratégia de Lisboa, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de um EEI e para aumentar o esforço de investimento público e privado em I&D a nível da UE. Neste âmbito, destacam-se a criação dos seguintes Grupos de Trabalho:

- Grupo de Trabalho de Alto Nível para Programação Conjunta;
- Grupo de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica Internacional.

O segundo Grupo incidiu, em particular, sobre o estado e perspectivas de cooperação entre a UE e três países de economia emergente (Brasil, Índia e Rússia), tendo igualmente sido analisada em profundidade a multiplicidade de mecanismos de cooperação bilateral e multilateral entre Estados Membro e Países Terceiros.

ESFRI

Em 2008, o DREBM acompanhou também os projectos de infraestruturas com participação portuguesa do *roadmap* do ESFRI (Fórum Europeu de Estratégias para Infra-estruturas de Investigação) e promoveu a convergência de sinergias da comunidade científica portuguesa nesses projectos.

O ESFRI constituiu-se em Abril de 2002 como um órgão consultivo da UE, encarregue de favorecer o desenvolvimento de uma estratégia comum em matéria de instalações científicas de

carácter pan-europeu, o qual reúne representantes dos EM da UE, dos Estados Associados e da Comissão Europeia.

O ESFRI elaborou um roteiro estratégico de grandes infraestruturas de investigação no qual identificou, em 2006, 35 projectos que se consideram essenciais para a comunidade científica europeia. Este Roteiro foi actualizado em 2008, contendo actualmente 44 projectos.

Em 2008, a FCT, acompanhou 12 projectos com participação portuguesa (anexo 3). Estes projectos de fase preparatória foram financiados pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Capacidades do 7º Programa-Quadro de IDT, vertente das Infraestruturas de Investigação. A fase preparatória objectiva aspectos como a governança, questões legais e financeiras, etc.

A FCT representa Portugal no Comité permanente do ESFRI e nomeou membros da comunidade científica para integrarem os Grupos de Trabalho temáticos do ESFRI.

ERA – NETs

A FCT participou em 22 redes ERA-NET cobrindo uma larga gama de domínios científicos.

As principais agências europeias de financiamento de C&T bem como *Research Councils* estão envolvidos neste tipo de redes as quais mobilizam recursos e competências importantes associados a um esforço de coordenação entre programas nacionais em domínios científicos específicos ou em áreas transversais.

Este tipo de instrumento tem propiciado, em particular, a realização de um número significativo de concursos temáticos para projectos de investigação transnacionais envolvendo as diversas agências nacionais segundo regras definidas conjuntamente.

Embora os concursos conjuntos realizados e os projectos transnacionais financiados constituam um resultado extremamente significativo das actividades das redes ERA-NET, há que referir toda uma actividade pouco visível mas relevante de trabalho técnico efectuado entre as agências nacionais, nomeadamente no que se refere a actividades tais como:

- O mapeamento de programas nacionais
- A produção e análise de documentos sobre programas públicos e, por vezes, das políticas a que estão associados
- O desenvolvimento de bases de dados ou plataformas informáticas comuns
- Organização e participação de reuniões e workshops no âmbito das redes ERA-NET tendo em vista a melhor coordenação de instrumentos nacionais de apoio às áreas de incidência de cada rede ERA-NET

Todo um conjunto de produtos visando a criação de condições para um trabalho com maior grau de coordenação entre as agências nacionais actuando nos diferentes domínios científicos e tecnológicos bem como o desenvolvimento de dinâmicas de cooperação mais intensivas.

Várias redes ERA-NETs manifestaram tendência em evoluírem para plataformas de cooperação entre as agências nacionais numa base de médio ou mesmo longo prazo.

Num número significativo de redes, a FCT teve uma participação bastante activa nomeadamente através da assumpção da liderança de *Work Packages*

A FCT esteve envolvida, em 2008, nas redes ERA-NET abaixo indicadas para as diferentes áreas

agrupadas como segue:

1. Física, Matemática, Energia e Desenvolvimento Sustentável

ASPERA – Esta rede promove a cooperação entre agências financiadoras no domínio da Física das Altas Energias, envolvendo 18 instituições parceiras

COMPLEXITY-NET – De incidência interdisciplinar, envolvendo 11 parceiros

FENCO-ERA – No domínio da redução das emissões de CO₂, conjuntamente com 19 parceiros

HY-CO – A rede focaliza o domínio do Hidrogénio e Pilhas de Combustível, envolvendo 24 parceiros

IWRM – No domínio Água, da Hidráulica e da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (20 parceiros).

URBAN-NET – A rede incide no domínio do Urbanismo e do Ordenamento do Território, com enfoque no desenvolvimento urbano sustentável, mobilizando 16 parceiros

2. Mar e Ambiente

AMPERA – A rede insere-se na área das Ciências do Mar, com enfoque especial na problemática dos acidentes de poluição marinha (10 parceiros)

BIODIVERSA – No domínio da Biodiversidade (com 20 parceiros)

CIRCLE – A rede incide no domínio da Alterações Climáticas (22 parceiros)

ECORD – No domínio da Geologia Marinha, envolvendo 21 parceiros

MARINERA – A rede insere-se na área das Ciências e Tecnologias do Mar (14 parceiros)

3. Química, Materiais e Nanociências

ACENET – A rede actua no domínio da Catálise numa perspectiva de enquadramento na área da investigação em química sustentável, mobilizando 12 parceiros

ERA-CHEMISTRY – A rede incide no domínio da Química, com uma preocupação central de identificar tópicos inovadores para a cooperação transnacional a nível europeu (14 parceiros)

AIR-TN – A rede desenvolve a sua actividade no domínio do Transporte Aéreo (26 parceiros)

NANO-SCI – A rede concentra-se no domínio das Nanociências (18 parceiros).

4. Biociências e Recursos Biológicos

ERA-IB – A rede incide na área da Biotecnologia Industrial (16 parceiros)

ERA-PG – A rede focaliza-se no domínio da Genómica de Plantas (14 parceiros)

PATHOGENOMICS – Desenvolve-se no domínio da Genómica de Patogénicos de Humanos (10 parceiros)

SAFEFOODERA – Concentra-se na área da Segurança Alimentar (16 parceiros)

ARIMNET – A rede orienta-se para a área da Agricultura na região mediterrânica (12 parceiros)

5. Ciências Sociais

NORFACE – A rede está dirigida para a área das Ciências Sociais em geral (envolvendo 14

parceiros)

6. Cooperação com Países Terceiros

EULANEST – É uma rede de carácter horizontal direccionada para a coordenação de actividades e promoção de projectos de cooperação transnacional de países Europeus e da América Latina (5 parceiros)

Como acima indicado, em bastantes redes ERA-NET, realizaram-se concursos conjuntos envolvendo diferentes agências europeias que disponibilizaram recursos financeiros para apoiar projectos transnacionais no quadro das correspondentes redes.

Tal processo mereceu interesse apreciável da comunidade científica e implicou uma participação activa da FCT na definição dos temas e promoção do processo de avaliação de projectos tendo em vista o seu financiamento. No ano em causa, a FCT esteve envolvida em cerca de 10 concursos conjuntos nos termos acima referidos.

Em Dezembro de 2008, a FCT tinha comprometido (em valores acumulados) mais de 5 milhões de euros para financiamento das equipas portuguesas em projectos seleccionados no âmbito das redes ERA-NET onde a Fundação participa.

De notar que a operacionalização das decisões de apoio aos investigadores portugueses envolvidos nos projectos seleccionados requer uma cooperação estreita entre o DREBM e outros dois serviços (DPP e DGAF).

Por outro lado, foi desenvolvido o trabalho necessário à preparação da participação em novas redes ERA-NET nas áreas seguintes:

- Construção
- Micro e Nanotecnologias
- Nanomedicina
- Cooperação entre agências de países Europeus e da Índia
- Mar

Artº 169 do Tratado

Portugal é membro fundador e participante da iniciativa baseada no Artigo 169º - Parceria entre a Europa e os Países africanos em Desenvolvimento para a realização de Ensaios Clínicos nas áreas do HIV/SIDA, Malária e Tuberculose (EDCTP). Esta parceria, adoptada pelo Conselho de Ministros da Competitividade (Junho 2003), foi consagrada com 200 Milhões de euros no âmbito da prioridade temática, “Qualidade de Vida”, do 6º PQ.

Com a extinção do ex-GRICES, a participação nacional na EDCTP passou para a tutela da FCT. Assim, desde Maio de 2008, tem sido a Fundação a assegurar a participação nas reuniões da Assembleia-Geral e o acompanhamento das actividades da rede.

Uma outra iniciativa baseada no artº 169 é o AAL o qual é um programa de I&D de âmbito europeu visando o desenvolvimento de produtos e sistemas baseados nas Tecnologias da Informação para serem colocados ao serviço da população idosa, suprimindo limitações físicas

desta. Este programa foi implementado em 20 EM e 3 Estados Associados com apoio da Comissão Europeia.

A FCT (conjuntamente com a UMIC) integra a associação constituída para o efeito, responsável pela gestão do Programa. O DREBM esteve envolvido no processo da 1ª *call* sendo de referir o financiamento de projectos com envolvimento de empresas portuguesas.

Plataformas tecnológicas

A FCT continuou a apoiar e a acompanhar a actividade dos designados Mirror Groups em várias Plataformas Tecnológicas.

Recorda-se que os *Mirror Groups* têm como função fazer a ligação entre os órgãos decisores das Plataformas e as Autoridades Nacionais pertinentes.

Procurou-se, igualmente, articular com o Gabinete de Promoção do Programa Quadro a questão do acompanhamento destas iniciativas (dado seu interesse para o 7PQ).

Iniciativas tecnológicas conjuntas

Portugal é um dos membros fundadores da entidade legal que suporta a constituição da ARTEMIS, como uma das primeiras Iniciativas Tecnológicas Conjuntas, criada com base no artº 171 do Tratado, na área dos designados Sistemas Embebidos.

A FCT apoia as entidades portuguesas que participam nos projectos aprovados, tendo o DREBM estado envolvido na 1ª *call*, em particular, verificando a elegibilidade de cada projecto submetido.

Sector espacial - ESA

O ano de 2008 foi marcado pelo Conselho da ESA a nível Ministerial onde estiveram presentes o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Chefe da Delegação Portuguesa à ESA (e Presidente da FCT). Nesta ocasião foram reforçadas as subscrições nacionais dos programas espaciais da ESA, bem como foram dados importantes contributos para a definição da estratégia e plano programático da Agência para os próximos anos.

Para além do Conselho da ESA a nível Ministerial teve ainda lugar o 5º Conselho do Espaço (*Space Council*) que reúne os Ministros com a tutela do sector Espacial no âmbito da ESA e da Comissão Europeia. Este evento foi encadeado na 2891.ª reunião do Conselho da Competitividade de 2008. Participou nesta ocasião o Presidente da FCT e dela resultou uma importante resolução que estabeleceu metas importantes para a implementação da Política Espacial Europeia – pano de fundo para a estratégia da ESA e da Comissão Europeia nas actividades do sector espacial.

A preparação destas importantes reuniões e o seu acompanhamento foram levados a cabo pela equipa do Gabinete Português para o Espaço que foi integrada na FCT no último quarto de 2008, após a extinção do GRICES em 2007.

Foram assegurados os pagamentos da participação portuguesa nas actividades obrigatórias e

nos programas opcionais, GSTP, FLPP e Aurora, tendo sido também efectuado o acompanhamento e esclarecimento de questões financeiras, no que respeita à participação portuguesa nos programas opcionais (Observação da Terra, Telecomunicações e Navegação) cuja responsabilidade de pagamento é dos Ministérios competentes.

3.4.1.3. Outras actividades de âmbito comunitário

Coordenação de iniciativas de cooperação bilateral de estados membro com países terceiros

Teve lugar uma participação activa em mecanismos do 6º e do 7º Programa Quadro, com vista a fomentar a introdução de dimensões multilaterais na cooperação essencialmente bilateral existente entre programas (a nível dos EM) relativos a cooperação com países terceiros.

Neste âmbito, a FCT prosseguiu a sua participação na rede EULANEST (ver acima) dirigida a países da América Latina, e envolvendo agências ou ministérios de vários EM.

Por outro lado, foi possível encerrar a contribuição da FCT para o projecto AOUDA o qual visou preparar as bases de uma rede ERA-NET de tipo transversal direccionada à cooperação entre vários EM e a Índia.

Em sequência, a FCT teve um papel activo na preparação de uma nova rede ERA-NET (*NewINDIGO*) de apreciável ambição envolvendo um conjunto mais alargado de agências de vários EM e a Índia. Essa nova rede foi, entretanto, aprovada pela Comissão Europeia, sendo que a Fundação assume responsabilidades elevadas na sua execução, integrando ainda a sua Direcção.

Diálogo bi-regional entre a UE e países terceiros

Redes INCO-NET

A FCT participou em 3 redes de tipo INCONET. Estas redes de novo tipo que integram o Programa Capacidades do 7ºPQ, prosseguem objectivos de natureza estratégica, visando essencialmente contribuir para estimular a cooperação científica e tecnológica entre a UE e grandes regiões alvo no Mundo com especial interesse estratégico para a União Europeia.

As referidas redes cobrem tipicamente actividades do seguinte tipo:

- Fomento do diálogo bi-regional entre a UE e a grande região do mundo alvo da respectiva rede
- Desenvolvimento de instrumentos de observação ou monitorização da cooperação científica e tecnológica entre as duas regiões
- Identificação de áreas prioritárias para calls especialmente orientadas para uma especial participação de entidades direccionadas para os países da região alvo
- Reforço do sistema de apoio dessas regiões à participação em programas europeus com particular ênfase no Programa Quadro.

- Para cada uma das regiões alvo, existe uma rede INCO-NET. Além do tipo de actividades acima indicadas, as redes em causa têm como objectivo contribuir para a operacionalização dos objectivos definidos a nível político para a cooperação entre a UE e cada uma das regiões em causa.

Os participantes são tipicamente agências nacionais ou mesmo Ministérios da Ciência e Tecnologia de países da EU e da região alvo.

A FCT participa nas redes seguintes:

EULARINET – Dirigida para a América Latina, envolvendo países europeus e latino americanos

CAAST-Net – Direcção para a África Sub-sariana, participando países europeus e africanos

MIRA – Orientada para a região Mediterrânica, estando envolvidos Estados Membro e quase todos os países mediterrânicos

A FCT tem responsabilidades elevadas no âmbito das redes EULARINET e CAAST-Net, em particular no domínio da disseminação de informação em duas das redes bem como da contribuição para a qualificação dos sistemas de apoio à participação nos programas europeus numa das outras.

MOCO

A FCT assegurou o acompanhamento das actividades do MOCO e, em particular, a participação nacional na reunião do referido Comité realizada em Istambul. Na referida reunião iniciou-se um processo de repensar o modo de funcionamento e de funções do MOCO à luz de desenvolvimentos dos últimos anos e das possibilidades de apoio da rede MIRA (de tipo INCONET) acima indicada).

Recorda-se que o MOCO (*Monitoring Committee for Euro-Mediterranean Cooperation in RTD*) foi estabelecido pelo Conselho no âmbito do designado Processo de Barcelona (1995) com o fim de promover a cooperação em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico na região Euro-Mediterrânica.

O MOCO procura analisar periodicamente o estado da cooperação científica e tecnológica entre a UE e os países mediterrânicos e fazer recomendações para a implementação da mesma.

Representação em instâncias nacionais de coordenação dos assuntos europeus

Em 2008 garantiu-se a representação do MCTES em reuniões nacionais inter-ministeriais coordenadas pela Direcção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com vista ao acompanhamento de assuntos em debate no quadro comunitário em que há necessidade de uma tomada de decisão concertada a nível nacional.

3.4.1.4. Relações bilaterais

Acordos e Convénios

Em 2008, o DREBM continuou a apoiar a participação da Comunidade Científica nacional em projectos ou realizações conjuntas resultantes de Acordos de Cooperação Bilateral nas áreas da Ciência e Tecnologia ou, ainda, decorrentes de Acordos Culturais estabelecidos com diversos países, tendo assegurado a participação nas respectivas Comissões Mistas.

Pretendeu-se, assim, fomentar e apoiar o intercâmbio regular de investigadores ao abrigo daqueles mecanismos.

Importa salientar que, durante 2008, foram abertos concursos no âmbito dos seguintes Acordos Científicos:

Eslovénia, CNR de Itália, Polónia, *British Council* do Reino Unido, Academia das Ciências da República Checa, DAAD da Alemanha, Programa PESSOA e CNRS de França, para novos projectos anuais e bienais com início em 2009. Após a avaliação concluída, tiveram lugar as seguintes reuniões das Comissões Mistas: Programa PESSOA e CNRS de França, DAAD da Alemanha, Hungria, Tunísia, *British Council* e República Checa.

As restantes Comissões Mistas terão lugar no início de 2009.

Na sequência dos concursos procedeu-se à avaliação das candidaturas apresentadas, sendo os processos classificados por áreas e sub-áreas científicas e submetidos à consideração de um painel de peritos especializados nos respectivos domínios, para parecer.

Nas Comissões Mistas dos Acordos Científicos, os pareceres dos avaliadores portugueses e estrangeiros são comparados, procedendo-se à harmonização dos resultados das avaliações de cada uma das Partes, tomando sempre em conta quer a complementaridade das acções propostas quer os subsídios solicitados, no quadro do orçamento anual previamente definido para o Programa, por cada parceiro.

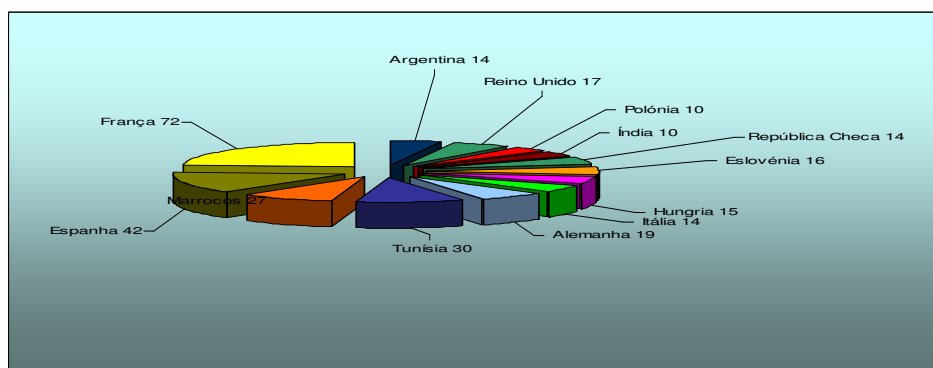
Ao abrigo dos Acordos Científicos, foi ainda dada continuidade aos projectos bienais aprovados, na sequência das respectivas Comissões Mistas, realizadas em 2007, com: o DAAD da Alemanha, o CSIC de Espanha, o PESSOA e o CNRS de França, o CNR de Itália, a Polónia e o MINCyT da Argentina e projectos com a duração de três anos, tais como com a República da Índia.

Foram ainda iniciados em 2008, no âmbito dos Acordos Científicos, vários projectos com a Academia das Ciências da República Checa e o *British Council* (com a duração de um ano), bem como com a Hungria, a Eslovénia, o CNRST de Marrocos e a Tunísia, (com a duração de 2 anos), na sequência das respectivas Comissões Mistas efectuadas alternadamente em Portugal e nos diversos países implicados.

Assim, em 2008 foram financiados 300 projectos aprovados, novos e renovações, no quadro dos Acordos Científicos em vigor, totalizando, assim, um montante de € 626.570,00.

O Gráfico 22 a seguir identifica o número de projectos financiados em 2008, distribuídos por País:

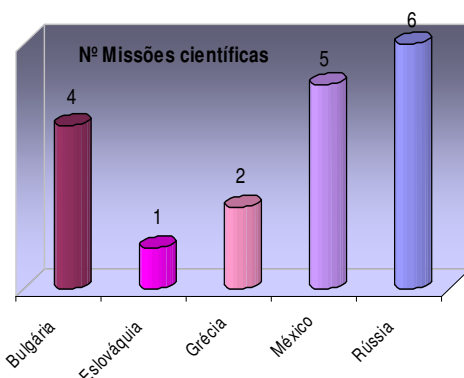
Gráfico 22 - Nº de projectos financiados em 2008, distribuídos por País



Relativamente aos Acordos Culturais, foram apoiadas, em 2008, algumas missões em Portugal e nos seguintes países: Bulgária, Eslováquia, Grécia, México e Rússia. O montante atribuído a estas missões ascende a € 28.000,00.

O Gráfico 23 indicado ilustra essa colaboração:

Gráfico 23 - Acordos Culturais – N.º missões científicas



Outras Acções de Cooperação Bilateral

Consultas às Unidades de Investigação portuguesas sobre a cooperação conjunta existente ou com interesses futuros, com os seguintes países: Argélia, Israel, Tunísia, Sérvia e Montenegro. Merecem ainda especial referência as acções realizadas em 2008 com os seguintes países:

Arábia Saudita

- Negociação de um Memorando de Entendimento, no qual o DREBM toma parte;
- Correspondência trocada pelo DREBM com o Gabinete do MCTES;
- Tradução do projecto de texto para português;
- Envio da contraproposta portuguesa ao MNE para prosseguimento dos trabalhos de negociação.

Chipre

Iniciação do processo negocial, tendo como base uma proposta cipriota para preparação de projecto de Protocolo de cooperação nas áreas de Investigação Científica e Desenvolvimento, conducente à assinatura do referido Protocolo.

Espanha

Realizou-se a XXIIIª Cimeira Luso-Espanhola, em Braga, a 18 e 19 de Janeiro, cuja preparação da pasta na área de C&T esteve a cargo do DREBM.

Nesta Cimeira foram assinados os seguintes Memorandos de Entendimento:

- - Memorando de Entendimento para uma cooperação política reforçada em matéria de Ciência e Tecnologia;
- - Memorando de Entendimento para o lançamento do Programa Ibérico de Mobilidade Científica;
- - Memorando de Entendimento para a participação conjunta em iniciativas e programas internacionais em Alzheimer e outras doenças degenerativas;
- - Memorando de Entendimento para a participação conjunta em investigação polar;
- - Memorando de Entendimento para a criação do Grupo de Trabalho para a abertura recíproca de programas de financiamento de Investigação e Desenvolvimento;
- - Memorando de Entendimento para a interligação e abertura de bases de dados de avaliadores de Portugal e Espanha;
- - Memorando de Entendimento para a promoção da participação conjunta nos Programas Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia;
- - Memorando de Entendimento em matéria de Computação distribuída GRID, Supercomputação e Repositórios científicos de dados.

Todos estes Memorandos de Entendimento serão implementados pelo DREBM.

Estados Unidos da América

Com vista a assegurar o acompanhamento e a apoiar a participação desta instituição, como representante do MCTES, no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos da América nas reuniões da Comissão Bilateral Permanente, realizadas em Fevereiro em Lisboa e em Novembro em Washington, o DREBM organizou uma consulta a diversas instituições científicas e de ensino superior, bem como aos Laboratórios de Estados e Associados, que serviu de base a um texto a ser apresentado nas referidas reuniões, resumindo a colaboração existente entre Portugal e os EUA, no âmbito da C&T.

França

Na sequência da realização da III Cimeira Luso-Francesa, no dia 22 de Fevereiro em Lisboa, cuja preparação mereceu o apoio deste Departamento, iniciou-se uma revisão do texto do CNRS, em vigor, e a negociação do texto de um Novo Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre a FCT e o CNRS.

Durante a referida Cimeira foi assinada uma Declaração conjunta pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa e pela Ministra do Ensino Superior e da Investigação da República Francesa, relativa à cooperação no domínio das Ciências e Tecnologias Marinhas.

Reino de Marrocos

Realizou-se, em Oeiras, em 5 de Julho, no Forte de São Julião da Barra, a X Cimeira Luso-Marroquina, da qual resultou uma Declaração Conjunta, que prevê diversas áreas de trabalho, entre as quais a reabilitação do património que envolve instituições e empresas dos dois países num esforço de recuperação de locais com valor histórico (na sua grande maioria da época dos Descobrimentos portugueses) e a sua orientação para o turismo.

No âmbito da IX Cimeira, foi assinado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos, que entrou em vigor em 2008 e cuja implementação será feita pelo DREBM.

Sérvia

O DREBM organizou e participou numa visita prospectiva à Sérvia, de 11 a 13 de Setembro, com o intuito de saber quais as áreas de interesse científico entre Portugal e a Sérvia, para futura cooperação.

Para esse efeito, foi contactada a Embaixada da Sérvia em Lisboa e a Embaixada de Portugal em Belgrado e foi elaborado programa da missão.

Nessa visita, o Sr. Presidente da FCT fez-se acompanhar por uma delegação portuguesa, composta por investigadores de várias áreas científicas, bem como representantes do DREBM.

Com vista à preparação desta visita, o DREBM consultou os Laboratórios de Estado, os Laboratórios Associados, bem como as Unidades Plurianuais, para obter informações relativas a cooperação já existente entre Portugal e a Sérvia.

- Das várias visitas efectuadas durante a estadia da delegação na Sérvia, destaca-se o interesse da Negociação de um Memorando de Entendimento, no qual o DREBM toma parte:
- Correspondência trocada pelo DREBM com o Gabinete do MCTES;
- Tradução do projecto de texto para português;
- Envio da contraproposta portuguesa ao MNE para prosseguimento dos trabalhos de negociação.

Destaca-se ainda o grande interesse e importância do “Institute Mihailo Pupin”, de Belgrado, na área da Robótica.

Como resultado desta visita, foi encetada pelo DREBM a preparação da negociação de um projecto de texto de Acordo na área da cooperação científica e tecnológica, tendo já havido troca de projectos de texto, via Embaixada da Sérvia em Lisboa.

Tunísia

Preparação da Cimeira luso-tunisina, a realizar durante o ano de 2009 – participação do DREBM nas diversas reuniões preparatórias da responsabilidade do MNE.

Negociação de Protocolo de cooperação na área do Ensino Superior, da Investigação Científica e da Tecnologia entre Portugal e a Tunísia, a ser assinado aquando da referida Cimeira:

Correspondência trocada com o Gabinete do MCTES

Tradução do projecto de texto para português.

Campanhas Oceanográficas de navios estrangeiros em águas sob jurisdição nacional

O DREBM acompanhou os pedidos de autorização para entrada em águas territoriais portuguesas de navios estrangeiros, os quais foram recebidos via Ministério dos Negócios Estrangeiros. O DREBM esteve encarregue da recolha de pareceres junto de peritos da comunidade científica da área, a qual se pronunciou sobre a pertinência científica das campanhas oceanográficas internacionais, contando com o apoio do Presidente da COI-MCTES neste interface com a comunidade científica.

Em 2008 entraram 31 pedidos, sendo que, em termos de conteúdos e objectivos, 60% visaram o estudo do mar profundo dos Açores, 30% o estudo dos Oceanos e 10% o estudo de situações ad hoc.

Preparação de Novos Acordos

Merece referência a preparação e/ou a negociação dos textos dos Protocolos de Cooperação Científica e Tecnológica com a África do Sul, Chipre, Cuba, Grécia, Israel, Jordânia (texto assinado em 17 de Fevereiro de 2008), Moldávia e Rússia – *Russian Foundation for Basic Research*.

3.4.1.5. Relações multilaterais

Cooperação COST

Prosseguiu em 2008 a promoção e acompanhamento da participação nacional na Cooperação Europeia no Domínio da Investigação Científica e Técnica (COST), incluindo o desenvolvimento do processo de adesão a 32 novas Acções COST, a nomeação de delegados nacionais aos Comités de Gestão e Grupos de Trabalho de Acções COST. A Coordenadora Nacional COST, Técnica Superior do DREBM, participou nas reuniões do Comité de Altos Funcionários COST (órgão decisor da COST) e numa reunião, em Fevereiro de 2008, do Grupo de Questões Jurídicas, Administrativas e Financeiras (JAF), na condição de representante do país que tinha presidido à União Europeia no 2º semestre de 2007.

UNESCO

Uma Técnica Superior do DREBM foi nomeada representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no Conselho Consultivo da Comissão Nacional da UNESCO, tendo participado nas reuniões que tiveram lugar em 2008.

Ainda no âmbito da UNESCO, o mesmo Técnico Superior fez parte, como observador, em representação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Comité Nacional para o Ano Internacional do Planeta Terra.

GBIF

No âmbito da participação nacional na GBIF foi promovida a divulgação das respectivas actividades. A chefe da delegação nacional ao “*Governing Board*” da GBIF, Técnica Superior do DREBM, participou na 15ª reunião deste órgão.

European Science Foundation

A *European Science Foundation* (ESF), criada em 1974, é uma organização internacional da qual é Fundação para a Ciência e Tecnologia é membro, e que apoia a investigação científica na Europa, incluindo actualmente 80 Organizações Membro, provenientes de 30 países.

É uma organização não governamental, apesar dos seus membros serem sobretudo agências de financiamento público, que tem como principal objectivo promover, a nível Europeu, a ciência de alta qualidade. Mantém relações estreitas com outras instituições internacionais com interesses na área da investigação científica, incluindo a Comissão Europeia. Actua no domínio da investigação médica, ciências da vida e do ambiente, física e ciências da engenharia, humanidades e ciências sociais, para os quais foram oportunamente estabelecidos cinco Comités Permanentes, compostos por investigadores de renome nomeados pelas Organizações Membro, e responsáveis por identificar prioridades científicas, formulando estratégias e desenvolvendo agendas de investigação. Estes Comités e respectivos delegados nacionais são:

EMRC (*European Medical Research Council*)

Prof. Joaquim Alexandre Ribeiro

Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

PESC (*Standing Committee for Physical and Engineering Sciences*)

Prof. Isabel Galhardas Moura

FCT/UNL

LESC (*Standing Committee for the Life and Environmental Sciences*)

Prof. Isabel Âmbar

Instituto de Oceanografia

SCH (*Standing Committee for the Humanities*)

Prof. Maria Helena Buescu

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

SCSS (*Standing Committee for the Social Sciences*)

Prof. Luísa Lima

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

A FCT prosseguiu com o apoio financeiro à participação da comunidade científica nas actividades da ESF, nomeadamente nos *Networking Programmes*, EURYI e EUROCORES.

No âmbito dos *Networking Programmes* durante o ano de 2008, a FCT aderiu a 6 novas redes e assumiu os encargos com as redes dos anos anteriores, tal como se pode ver no Quadro 13:

Quadro 13 - Networking Programmes – novas redes em 2008

	RNP	PT	INST.	2008
LESC	FroSpects (2008-2013)	Manuela Coelho	FCUL	4000
	Funcdyn (2006-2011) / (PESC)	Rui Dilão	IST	5000
	ThermAdapt (2006-2011)	Margarida Matos	FCUL	5000
	MedClivar (2006-2011)	Ricardo Trigo	FCUL	8000
	Magellan (2006-2011)	Fátima Abrantes	LGM	4000
PESC	INTELBIO MAT (2008-2013)	João Pedro Conde	IST	5000
	CASIMIR (2008-2013)	Ariel Ricardo Guerreiro	FCUP	5000
	COMPSTAR (2008-20013)	Constança Providência	FCUC	3500
	EMAR (2007-2012)	Carlos Gerales	UC	5000
	ASTROSIM (2006-2011)	Miguel de Avillez	UE	6000
	SimBioMA (2006-2001)	Patricia Faisca	FCUL	5000
	QGGG (2006-2011)	João Mourão	IST	5000
	INSTANS (2005-2009)	José Carmelo	UMinho	10000
	DYNA (2005-2010)	Luis Arnaut	UC	5000
	AuthoMatA (2005-2010)	Jorge Almeida	UP	10000
	MINEMA (2003-2009)	Luís Rodrigues	FCUL	5000
	PSE (2008-2013)	Greg Wheeler	FCT/UNL	3500
SCH	ARCANE (2006-2013)	Conceição Lopes	FLUC	5000
SCSS	ENSN (2007-2012)	João Arriscado Nunes	FEUC	7000
	PGPPE (2006-2010)	José Luís Cardoso	ICSUL	5000
	GBALEURONET (2006-2010)	Pedro Lains	ICSUL	5000
	QMSS 2	Pedro Magalhães	ICSUL	7000
MC	REMIC (2008-2013)	Ana Paula Pêgo	INEB	5000
				128000

No caso do EURYI, a FCT continua a financiar a premiada Doutora Maria Mota, do Instituto de Medicina Molecular, que ganhou o primeiro Concurso, em 2003.

Em 2008, a comparticipação da FCT para este programa foi de 190.000 €.

A FCT, em 2008, aderiu a novo EUROCORE, designado de EUROHESC (o objectivo é desenvolver e implementar um programa interdisciplinar de investigação comparativa em relações entre o ensino superior e a sociedade), cujos compromissos financeiros serão apenas para o ano de 2009.

A FCT acompanhou, no ano em curso, as actividades dos Comités de Especialidade NuPPEC, Marine Board e Polar Board. A contribuição nacional para a ESF atingiu em 2008, um valor total de 441.713,24 €, conforme a seguir se discrimina no Quadro 14:

Quadro 14 - Estrutura da contribuição nacional para a ESF – 2008

Programa	Montante
O.G.*	104.147,44
NuPPEC	5.629,80
EMB	7.000,00
EPB	6.936,00
EURYI	190.000,00
Net. Prog	128.000,00
TOTAL	441.713,24

* O Orçamento Geral inclui as quotas das organizações membro nacionais: FCT e Academia das Ciências de Lisboa.

OCDE

Prosseguiu o apoio à participação nacional nas actividades desenvolvidas pelo Comité de Política Científica e Tecnológica da OCDE e dos seus Grupos subsidiários, nomeadamente o Forum Global da Ciência e Grupo de Trabalho sobre os Centros de Recursos Biológicos. Continuou a ser assumido pelo DREBM o pagamento da contribuição nacional para o Forum Global da Ciência e para a Agência de Energia Nuclear e respectivo Banco de Dados.

União Latina

No cumprimento do Protocolo entre a FCT e a União Latina para atribuição anual do Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa (XVI edição) em 2008, uma Técnica Superior do DREBM, em representação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, participou em todas as reuniões do processo, desde a abertura do concurso que resultou na aceitação de 21 das 32 obras candidatas, passando pela avaliação das traduções, até à realização do Seminário temático em cuja sessão de abertura foram entregues os Prémios: 3 ex-aequo e 2 Menções Honrosas.

Mais uma vez o DREBM esteve representado no Grupo de Trabalho para a comemoração a nível nacional do Dia da Latinidade.

CYTED- Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo

Prosseguiu a participação de investigadores portugueses nos projectos do Programa CYTED, nas seguintes áreas: Agro-alimentar, Saúde, Promoção do Desenvolvimento Industrial, Desenvolvimento Sustentável, Tecnologias da Informação, Ciência e Sociedade e Energia.

Procedeu-se à divulgação do Programa, nomeadamente junto de Universidades, e ao apoio à preparação de propostas.

Verificou-se a continuação do interesse da comunidade científica portuguesa pelo CYTED, apesar dos montantes limitados proporcionados pela maioria dos projectos financiados. Estes possibilitam, em especial, o apoio a acções de mobilidade, organização de workshops e publicações através da participação em acções de coordenação e de redes. O interesse acima mencionado parece basear-se, sobretudo, no valor estratégico da promoção de canais de cooperação com a América Latina que estes projectos suscitam, servindo de base para o desenvolvimento de outros instrumentos de cooperação científica e tecnológica quer a nível bilateral quer multilateral.

Dada as limitações de orçamento do CYTED, a margem para financiamento de novos projectos nas várias linhas de investigação é pequena.

Em 2008, 64 investigadores portugueses continuaram a participar em projectos decorrendo nas áreas do Programa acima indicadas.

Outras Organizações Científicas de tipo Federativo

Prosseguiu em 2008 o acompanhamento, pelo DREBM, das actividades desenvolvidas por este tipo de organizações de que Portugal é membro e o pagamento das respectivas quotas. Continuou

a ser prestado apoio financeiro às actividades de alguns Comitês Nacionais, como o do IGBP (*International Geosphere-Biosphere Programme*) e a SPUIAGG (Secção Portuguesa das Uniões Internacionais de Astronomia, Geodesia e Geofísica) e apoio logístico às reuniões da Comissão Nacional de Matemática/IMU.

CERN – Organização Europeia para a Investigação Nuclear

Em 2008 deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no CERN, tendo sido renomeado o delegado para o Comité de Utilizadores, assegurando-se, assim, a participação nos diferentes órgãos de gestão da Organização.

Procedeu-se ao pagamento dos compromissos nacionais para com o CERN tanto no que respeita à contribuição nacional como à participação nas experiências do LHC e procedeu-se, ainda, ao pagamento das contribuições devidas ao LIP no âmbito das suas actividades relacionadas com o CERN e com o Observatório Pierre Auger.

Foi efectuado um levantamento/tratamento da participação portuguesa no CERN relativamente ao nº e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, nº de utilizadores, nº de bolseiros/estudantes presentes no CERN, nº de staff nacional, nº bolsas atribuídas pela ADI, para o período 2000/2006. A análise desta evolução demonstra uma efectiva e positiva participação nacional.

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação em quatro reuniões do Comité Financeiro e elaboração dos respectivos relatórios.

EMBC - Conferência Europeia de Biologia Molecular

Em 2008, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa na EMBC, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão, tendo Portugal sido reeleito para a Vice Presidência da Conferência e a Presidência do Comité de Auditoria Financeira da EMBC, sendo este último assegurado por um técnico do DREBM.

Procedeu-se ao pagamento dos compromissos anuais para com a Organização e para com o Programa da EMBC, o “EMBO Installation Grants” (SDIG), tendo sido financiados um total de cinco candidatos.

No 2º concurso do SDIG foram seleccionados três investigadores nacionais, estando um deles a ser financiado conjuntamente pela FCT e pela fundação Gulbenkian.

Foi efectuado um levantamento sobre o retorno em nº de bolsas (longa duração/curta duração/YIAP/SDIG) atribuídas pelo EMBC a investigadores portugueses, no período 2000/2006, que revela um progressivo reforço da participação nacional.

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação na reunião anual do comité de Auditoria Financeira e nas duas reuniões da Conferência com a elaboração dos respectivos relatórios.

EMBL - Laboratório Europeu de Biologia Molecular

Em 2008, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa no EMBL, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão, tendo sido integralmente satisfeito o compromisso anual para com a Organização.

Foi efectuado um levantamento da participação portuguesa no EMBL de 2000 a 2006 relativamente ao nº de utilizadores, nº de bolsas (PhD e PósDoc) atribuídas a estudantes portugueses, nº de staff nacional. O tratamento inicial desta informação parece indicar alguma estagnação na utilização nacional desta infraestrutura científica

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação em duas reuniões do Comité Financeiro e no Conselho e elaboração dos respectivos relatórios.

ESO – Observatório Europeu do Sul

No que se refere ao ESO, foi dada continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa nesta organização, tendo sido assegurada a participação nos seus diferentes órgãos de gestão. À semelhança do CERN, foi integralmente satisfeito o compromisso com o ESO referente à contribuição de 2008.

No âmbito das actividades nacionais na área da astronomia continuou o financiamento ao Comité Director da Revista "*Astronomy & Astrophysics*".

Foi efectuado um levantamento da participação portuguesa no ESO de 2000 a 2006 relativamente ao nº e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, nº de utilizadores/observadores, nº de staff nacional, nº bolsas atribuídas pela ADI. O tratamento destes dados ainda não foi efectuado.

A representação nacional no ESO é assegurada por delegados externos que nos reportam periodicamente tudo o que de essencial vai acontecendo

ESRF – Infraestrutura Europeia de Radiação de Sincrotrão

Em 2008 foi preparada a renegociação da extensão do acordo entre Portugal e o ESRF e deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa nesta Infraestrutura científica e na Parceria de Biologia Estrutural (PSB), tendo sido assegurada a participação nos diferentes órgãos de gestão da Organização e cumpridos os correspondentes compromissos financeiros.

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação numa reunião do Comité Administrativo e Financeiro e elaboração do respectivo relatório.

Comité para a Utilização Pacífica do Espaço Exterior das Nações Unidas (COPUOS)

Em 2008, deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no COPUOS, tendo sido assegurada a representação nos dois sub-comités nos quais Portugal participa: o Sub-comité Científico e Técnico, cuja Vice-Presidência é assegurada por Portugal, e o Sub-comité Jurídico.

A representação nacional no COPUOS é assegurada por delegados externos que nos reportam periodicamente tudo o que de essencial vai acontecendo.

CGIAR (*Consultative Group on International Agricultural Research*)

Em 2008 procedeu-se ao pagamento do compromisso anual para com Grupo e acordou-se a distribuição dos apoios nacionais pelos diferentes centros de investigação de CGIAR.

A representação nacional no CGIAR é assegurada por um delegado externo que nos reporta periodicamente tudo o que de essencial vai acontecendo.

Gestão Financeira do Programa ALPOI

Foi acompanhada a execução do Programa Actividades Ligadas à Participação em Organismos Internacionais (ALPOI), através do qual se cumprem os compromissos de Portugal relativos à participação portuguesa nas diferentes Organizações Internacionais, e que se traduzem no pagamento de quotas anuais, assim como às actividades de equipas científicas portuguesas em projectos de investigação internacionais no âmbito de algumas destas Organizações (quadro em anexo).

Em 2008 o Programa ALPOI foi executado a 100%. Contudo, o montante disponível no Programa não permitiu o pagamento integral dos compromissos assumidos, tendo transitado, em débito, para 2009 cerca de 200.000€

3.4.1.6 Cooperação com os países da CPLP

Cooperação com os PALOP e Timor-Leste

No âmbito das relações bilaterais, continuaram a ser desenvolvidos os trabalhos conducentes à aprovação interna dos Acordos de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

No caso de Angola, entrou em vigor o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal e o Ministério da Ciência e Tecnologia de Angola, cuja implementação se prevê seja feita dentro do mais curto espaço de tempo.

Em 2008, foram concedidos diversos apoios para a realização de Seminários e Encontros em Angola e Moçambique, bem como ao projecto “Sure-África”, envolvendo cientistas dos PALOP e Timor-Leste, no montante de 33.235 €. Do mesmo modo, foi atribuído um subsídio de 15.138€, no âmbito da Plataforma da Malária, destinado a uma maior sensibilização dos africanos na prevenção da referida doença.

Cooperação com o Brasil

De entre os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), merece particular destaque a colaboração com o Brasil, com o qual existem diversos instrumentos de cooperação, nomeadamente o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os Governos de Portugal e Brasil.

Para além deste Acordo intergovernamental, existem Convénios de Cooperação assinados com instituições congéneres brasileiras, que permitem a mobilidade de investigadores através da realização de projectos conjuntos de investigação. Assim:

CAPES: Foram financiados 68 projectos conjuntos de investigação, num total de 136 missões. A verba dispendida com este Convénio foi de € 276.000,00.

No âmbito do concurso aberto, em 2008, e como resultado da Comissão Mista, foram aprovados 30 novos projectos.

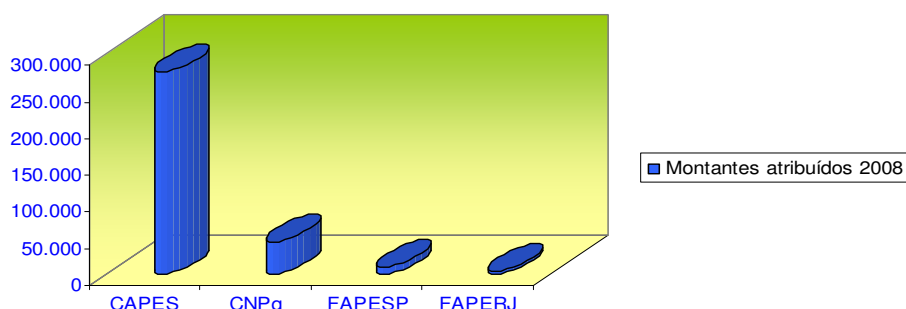
Em todos os projectos existe Formação Avançada de estudantes portugueses e brasileiros que, durante períodos de média duração, fazem investigação no outro país.

CNPq: No âmbito do concurso aberto em 2006, continuaram a ser financiados 10 projectos de investigação conjunta, num total de 44 missões, relativas ao biénio 2007-2008. A verba despendida com este Convénio foi de 44.000€.

FAPESP: No âmbito deste Convénio, que se encontra aberto em permanência, foram atribuídos subsídios para 4 missões, de portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal. A verba despendida com este Convénio foi de 9.100€.

FAPERJ: Foi concedido um subsídio no valor de € 4.000 ao CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) da Universidade do Porto para a participação no IV Seminário Internacional “A Emigração Portuguesa para o Brasil”, realizado em Portugal.

Gráfico 24 – Convénios Brasil - 2008



3.4.2. Parcerias Internacionais

No âmbito da estratégia do Governo de promover a capacidade científica e tecnológica nacionais e o reforço das Instituições Científicas a nível internacional, as actividades decorridas ao longo do ano 2008 correspondem à continuação das desenvolvidas no ano 2007, reforçando as parcerias entre as prestigiadas instituições de ensino superior norte-americanas: CMU, MIT e UTAustin, institutos e centros de investigação, bem como laboratórios e empresas portuguesas, decorrentes dos acordos firmados.

Deste modo, foram abertos concursos para atribuição de financiamento a Projectos de I&D ao abrigo destes programas, tendo sido submetidas 89 candidaturas (21 CMU; 40 MIT e 28 UTAustin). No que concerne à atribuição de Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento, foram abertos três concursos, tendo sido seleccionadas e concedidas: 24 CMU (5 *Technological Change and Innovation*; 4 *Computer Science*; 9 *Electrical and Computer Engineering and public Policy*; 1 *Language Technologies*), 49 MIT (9 *Transportation Systems*; 12 *Engineering Systems*; 14 *Engineering Design and Advanced Manufacturing*; 14 *Bioengineering Systems*) e 29 UTAustin (14 *Digital Media*; 9 *Advanced Computing*; 6 *Mathematics*).

No sentido de avaliar o trabalho desenvolvido no seio de cada uma das parcerias, os *External Review Committees* (ERC) de cada um dos programas reuniram-se nas seguintes datas: CMU

(Lisboa) 3 a 6 de Novembro de 2008; MIT (Lisboa) 13 e 14 de Março de 2008 e UTAustin (Lisboa) 20 de Novembro de 2008.

O envolvimento das Universidades Portuguesas, em colaboração com os Parceiros Internacionais, no lançamento de programas de Doutoramento e Formação Avançada e de actividades de investigação é assegurado pela FCT que, para tal, celebrou um total de 44 contratos com Instituições Portuguesas do Sistema Científico, incluindo Escolas de Engenharia, de Economia, Faculdades de Ciências e Laboratórios Associados: 22 CMU; 17 MIT e 5 UTAustin. No âmbito destes contratos foram transferidos € 4.118.787,45 (CMU); € 4.353.333,90 (MIT) e € 576.476,36 (UTAustin), relativos ao ano de 2008.

No âmbito do programa *Lisbon MBA*, foram assinados o Memorando de Entendimento entre a MIT *Sloan School of Management* e a Faculdades de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e a de Economia da Universidade Nova de Lisboa, e o Acordo entre a FCT e sete parceiros institucionais e empresariais (Banco Português de Investimento, Banco Espírito Santo, Caixa Geral de Depósitos, EDP – Energias de Portugal, Fundação Vodafone, José de Mello SGPS e Rede Eléctrica de Portugal), no qual se estabeleceram os termos de financiamento do referido Programa.

Também em 2008 foi constituída a Rede UTEN – *University Technology Enterprise Network* - com o objectivo de desenvolver e reforçar competências em transferência de tecnologia, bem como facilitar o acesso de projectos empresariais de base tecnológica a mercados emergentes, nomeadamente através da colaboração com a Universidade do Texas em Austin, assim como com os programas MIT-Portugal e CMU-Portugal e com o Instituto *Fraunhofer*. Neste contexto, foi aberto um concurso para estágios individuais especializados em transferência de tecnologia com término em Fevereiro de 2009.

No que concerne a este programa, em colaboração com a FCT e o Instituto Nacional de Propriedade intelectual (INPI), foram organizados 7 *Workshops* em Transferência de Tecnologia com o objectivo de aprofundar nossa compreensão sobre a base de transferência de tecnologia e sua comercialização das universidades em vários países e regiões do mundo, bem como discutir e aprender a partir de estudos de casos específicos, em Portugal e nalgumas instituições mundiais liderantes, tais como o MIT, UTAustin, *University of Cambridge*, CERN, entre outros.

4. Reforço e consolidação da capacidade operacional da FCT e melhoria da qualidade do seu desempenho

A importância desta linha de actuação ao nível das preocupações da direcção da FCT foi demonstrada ao assumir-se como um dos três objectivos estratégicos inscritos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2008, com a seguinte formulação: “Objectivo estratégico 3 – Reforçar a capacidade operacional interna da FCT”.

A concretização do propósito de melhoria da capacidade operacional e do desempenho da instituição consubstancia-se principalmente em objectivos operacionais de eficiência e de qualidade, nas vertentes que a seguir se enunciam, sempre relacionadas com pessoas, isto é, com a comunidade académica e científica, com os fornecedores externos, e com os colaboradores da FCT. Os resultados alcançados em 2008, nas referidas vertentes, constam do Relatório de Auto Avaliação.

- **Melhoria dos processos de gestão**, em que dominou a procura por uma racionalização de meios visando o *apport* de benefícios à comunidade científica e à satisfação das suas necessidades, nomeadamente, aumentando o número de projectos encerrados até ao final do ano de 2008 e reduzindo o tempo médio do processo de avaliação das unidades de I&D;
- **Melhoria da organização do processo de pagamentos**, concretizada por um conjunto de contributos de um grande número de unidades operacionais que assim se envolveram num propósito comum para benefício dos respectivos “clientes” e fornecedores externos;
- **Desenvolvimento do sistema de gestão e informação da FCT**, com destaque para dois projectos cujos efeitos serão decisivos no desempenho da FCT, tanto em termos de melhoria externa – o novo Portal e as novas funcionalidades de interacção com a comunidade científica - como de melhoria interna – implementação da nova aplicação de gestão documental;
- **Estabilização e regularização do quadro de efectivos da FCT**, uma necessidade que resulta do sério problema com que a instituição se tem debatido ao longo da última década e que se agravou precisamente em 2008 com a saída de cerca de doze efectivos, a maioria dos quais por motivos de aposentação ou limite de idade;
- **Melhoria dos procedimentos administrativos** das unidades operacionais da FCT, incentivando à racionalização e à eficiência nos circuitos internos da FCT;
- **Garantia da qualificação dos colaboradores** internos que, em conjunto com os dois objectivos anteriores, contribuíram decisivamente para o reforço da capacidade operacional interna da FCT. No Anexo 4 figura o Relatório da Formação Profissional da FCT em 2008.

5. Recursos necessários

5.1. Recursos Humanos

No que diz respeito à natureza do vínculo, até 31 de Dezembro de 2008, na FCT, IP, os efectivos inseriam-se principalmente em dois grupos, o dos funcionários com nomeação (quadro) e o dos contratados.

Nessa data a FCT dispunha de um total de 132 efectivos, dos quais 88,5% com nomeação. Como também é referido no Relatório de Auto-avaliação anexo, nos últimos 5 anos registou-se um decréscimo do número de recursos humanos, na ordem dos 23%, situação essa que foi sempre recorrentemente reportada às autoridades sectoriais competentes. Em 2008, na sequência da apresentação do mapa de efectivos planeados para 2009, que acompanhou a proposta de orçamento da FCT para o mesmo ano, o MFAP procedeu a um descongelamento excepcional de 30 admissões, encontrando-se actualmente a decorrer o respectivo procedimento concursal.

A caracterização dos efectivos da FCT é apresentada no documento “Balanço Social 2008” que consta do Anexo 5.

Processo de avaliação do desempenho

O Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPERARI) e a Secretaria-Geral do MCTES, no âmbito das suas responsabilidades de acompanhamento e monitorização do alinhamento de objectivos sectoriais, no primeiro trimestre de 2008, estabeleceram, um protocolo com o ISCTE no sentido de ser concebido, aplicado e posteriormente avaliado um plano de implementação do sistema de avaliação do desempenho, segundo os termos instituídos pela Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, nos serviços do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Foi constituída a equipa SAD/MCTES (Sistema de Avaliação do Desempenho do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior) composta por um núcleo central, de três elementos, de natureza técnico-científica, e por onze representantes e interlocutores de cada um dos organismos do MCTES aderentes, em que se incluiu a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP:

Generosa Nascimento	Coordenação Técnica
Isilda Duarte	Coordenação Técnica
Ermelinda Carrachás	Coordenação Técnica
Helena Freixinho	GPEARI (SIADAP 1)
Purificação Pais	SGMCTES (SIADAP 2 e 3)
Cristina Jacinto	Representante DGES
Alexandre Paredes	Representante GPEARI
Miguel Arrais	Representante IG
Nuno Rolo (ausente)	Representante SGMCTES
Manuela Martins	Representante CCCM
Ana Bela Rocha	Representante FCT
Pedro Nobre	Representante IM

Fátima Gonçalves
Rosado Marques
Graça Simões

Representante ITN
Representante IICT
Representante UMIC

Ao interlocutor de cada organismo estavam reservadas as seguintes competências:

- Coordenar o SIADAP na respectiva organização;
- Agir como principal interlocutor entre a equipa SAD/MCTES e a organização;
- Gerir questões e pedidos de informação dos coordenadores do projecto;
- Transmitir periodicamente, à equipa SAD/MCTES, *feedback* sobre o processo do SIADAP da sua organização;
- Transmitir ao dirigente da organização as orientações do GPEARl sobre o SIADAP.

Para a consecução do projecto foi estabelecido um Plano de Acção em três fases, de que se apresenta uma síntese no Quadro 15.

Quadro 15 – Plano de acção da implementação do SIADAP em 2008

FASE 1	Etapa 1	1º Elaboração do mapa estratégico de acordo com a metodologia BSC (e EFQM/CAF) e desenvolvimento dos respectivos objectivos, indicadores e metas, conjugados com as actividades previstas no Plano de Actividades para 2008 2º Construção do QUAR (SIADAP 1) e Cartas de Missão
	Etapa 2	3º Elaboração dos objectivos das unidades operacionais, dos dirigentes intermédios (SIADAP 2) e dos demais colaboradores (SIADAP 3) 4º Sessão Pública para todos os colaboradores
FASE 2	Acompanhamento e Monitorização	- Visita mensal para acompanhamento da monitorização dos serviços, das unidades orgânicas e dos colaboradores (nestes últimos por amostragem) - Reunião mensal dos membros da equipa SAD para identificação de situações críticas e boas práticas
	Formação dos avaliadores	I – Processo de avaliação do desempenho (SIADAP) II- Técnicas de entrevista III- Actividades práticas
FASE 3	Avaliação Final	-Acompanhamento das avaliações finais dos serviços e dos colaboradores - Relatório final

Foram elaborados *Tableau de Bord* de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard* e EFQM/CAF, para todos os intervenientes dos três subsistemas, isto é, para o QUAR (SIADAP 1), para as unidades operacionais, para os dirigentes intermédios (SIADAP 2) e para os demais trabalhadores (SIADAP 3). Tratou-se da implementação de processos de validação, gestão, monitorização e *benchmarking* com vista ao reforço das competências dos organismos de suporte: do GPEARl, no domínio do sistema de avaliação dos serviços do MCTES, para cumprimento das atribuições relacionadas com a Lei 66-B, designadamente, as previstas nas alíneas c), d) e e) do artº 13º; da

SGMCTES, na gestão e acompanhamento do SIADAP 2 e o de SIADAP 3, para cumprimento das atribuições relacionadas com a Lei 66-B, designadamente, as previstas no nº 2 do artº 76º.

A segunda fase do processo de implementação do SIADAP nos organismos do MCTES foi dedicada ao acompanhamento, monitorização e à formação de avaliadores.

Nesta fase decorreu a etapa de acompanhamento e monitorização propriamente dita, na qual a equipa SAD/MCTES fez uma média de quatro visitas à instituição, para monitorização das avaliações dos organismos, das unidades orgânicas e dos funcionários, identificando-se então eventuais situações críticas. Paralelamente, e com propósito semelhante, decorreram reuniões mensais de acompanhamento dos representantes dos organismos com o núcleo central da equipa.

Ainda na segunda fase, foram organizadas sessões de formação para avaliadores, que acabaram por decorrer já em Janeiro de 2009. Nestas sessões, os dirigentes avaliadores foram introduzidos em áreas complexas do processo SIADAP, com desenvolvimento de técnicas de entrevista e de exercícios práticos de avaliação.

A terceira e última fase consistiu no acompanhamento da elaboração dos relatórios de auto-avaliação dos serviços, a que se refere o artº 17º, e das avaliações dos trabalhadores relativas a 2008, o que decorreu entre Fevereiro e Março de 2009.

O Quadro do Anexo 6 sintetiza os resultados do processo de avaliação do desempenho de 2008 na FCT. Ainda a propósito desta questão, é de referir que foi concluído o processo de constituição da Comissão Paritária, nos termos do Despacho nº 7/PR/2009, de 11 de Fevereiro. Os membros designados desta Comissão Paritária entrarão em funções em 2009 mas reportando-se à avaliação do desempenho de 2008.

Por último, no que respeita à área dos recursos humanos, é de referir a construção da “Lista nominativa das transições e manutenções”, nos termos do artº 109º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, associada à ratificação das avaliações do desempenho que os trabalhadores receberam entre 2004 e 2007, para efeitos de atribuição de posição remuneratória e nível remuneratório à data de 1 de Janeiro de 2009, altura em que entrou em vigor o novo regime de vinculação e de carreiras (RCVR).

5.2. Recursos Financeiros

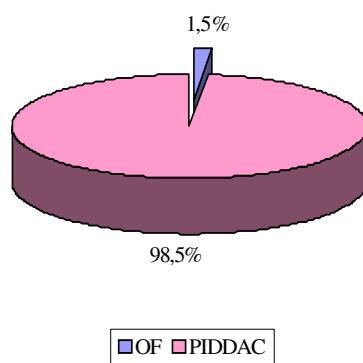
5.2.1. Orçamento da FCT

O Departamento de Gestão e Administração executa o orçamento privativo da FCT, que integra o Orçamento de Funcionamento (OF) e o Orçamento de Investimentos do Plano (PIDDAC).

Em 2008, o Orçamento corrigido disponível da FCT situou-se nos € 627.861.238,00, com a seguinte desagregação:

ORÇ. FUNCIONAMENTO	€ 8.641.388,00
ORÇ. PIDDAC	€ 618.219.850,00

Gráfico 25 - Orçamento corrigido utilizável final da FCT - 2008



No ano de 2008, o montante do OF corrigido disponível da FCT corresponde a uma diminuição de 2% face ao ano anterior. Já em relação à dotação corrigida final do PIDDAC, registou-se um aumento de 18% face ao ano de 2007.

No cômputo geral, o orçamento gerido pela FCT (OF + PIDDAC) registou um aumento de 17% em relação ao mesmo ano.

Execução do Orçamento da FCT em 2008

No Quadro 16 indica-se a evolução orçamental, por fontes de financiamento, do Orçamento inicial e corrigido com cativação, receita cobrada, pagamentos efectuados e grau de execução.

Em 2008, a despesa paga, considerando as fontes de financiamento OF e PIDDAC, ascendeu a um total de 435.551.903€ e pode desagregar-se em quatro grandes agrupamentos (Quadro 17):

- Despesas com Pessoal
- Aquisição de Bens e Serviços Correntes
- Transferências Correntes e de Capital

- Aquisição de Bens de Capital

Quadro 16 – Síntese da execução do orçamento - OF e PIDDAC – por fontes de financiamento em 2008

Fonte de financiamento	Orçamento		Receita cobrada	Despesa paga	Grau de execução
	Inicial	Corrigido c/cativação			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=4/3
Transferências do OE	350.688.170	323.909.873	323.909.856	319.689.219	98,70%
FEDER	162.495.155	164.313.580	36.085.412	35.920.957	99,54%
FSE	65.715.570	116.173.572	66.036.348	65.976.067	99,91%
ESF/EFTA	334.779	396.991	230.054	227.230	98,77%
Presidência Portuguesa	0	231.465	231.465	174.276	75,29%
Transferências UE	309.764	1.096.303	1.095.393	375.240	34,26%
Auto Financiamento	2.320.961	21.722.624	14.366.842	13.172.084	91,68%
Ação Social	16.830	16.830	16.830	16.830	100,00%
Total	581.881.229	627.861.238	441.972.200	435.551.903	98,55%

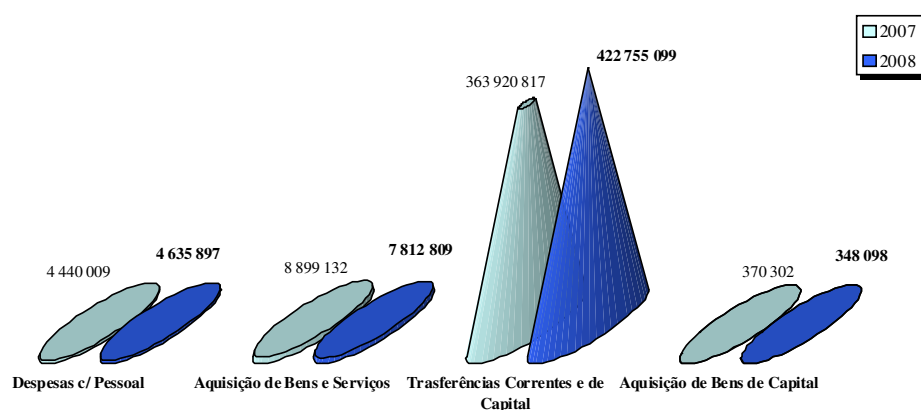
Quadro 17 - Análise comparada da despesa paga pelo Orçamento da FCT em 2007 e 2008

Fontes de Financiamento	2007	2008	Afectação	Evolução
Despesas com Pessoal	4.440.009 €	4.635.897€	1,06%	4,4%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	8.899.132 €	7.812.809€	1,79%	-12,2%
Transferências Correntes e de Capital	363.920.817 €	422.755.099€	97,06%	16,2%
Aquisição de Bens de Capital	370.302 €	348.098€	0,09%	-6,0%

Verifica-se que mais de 97% da despesa foi executada através das Transferências Correntes e de Capital, sendo de salientar o respectivo peso, em termos absolutos e relativos.

Em relação aos encargos fixos ou semi fixos, cerca de 3% do Orçamento foi afectado a Aquisição de Bens e Serviços (1,79%) e a Despesas com Pessoal (1,06%).

Gráfico 26 - Análise comparada da despesa paga pelo Orçamento da FCT em 2007 e 2008 (em euros)



O montante global despendido em investimento, no montante de 348 092€, representa apenas cerca de 0,09% do total da despesa realizada em 2008.

Da comparação entre o Orçamento Global de 2007 e 2008 ressalta um aumento da despesa total no montante de 57 921 653€.

O Gráfico 26 apresenta graficamente a análise efectuada

5.2.2. Orçamento de Funcionamento

O Orçamento de Funcionamento corrigido final da FCT foi, em 2008, no valor de € 9.641.388,00.

No Quadro 18 apresenta-se o quadro resumo da execução do OF.

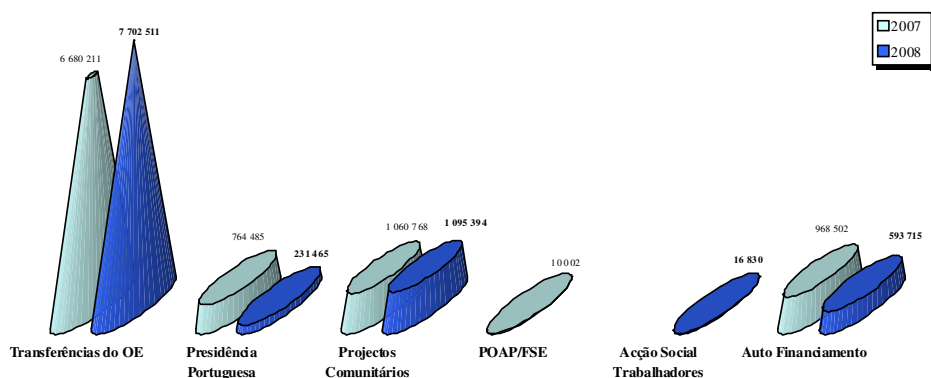
Quadro 18 – Síntese da execução do OF, por fontes de financiamento, em 2008

Fonte de financiamento	Orçamento		Receita cobrada	Despesa paga	Grau de execução
	Inicial	Corrigido c/cativação			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=4/3
Transferências do OE	7.813.170	7.702.512	7.702.511	7.419.311	96,32%
Projectos ERA-NET's	309.764	1.096.303	1.095.394	375.240	34,26%
Presid. Portuguesa p/ Conselho UE	0	231.465	231.465	174.276	75,29%
Auto Financiamento	23.500	594.278	593.715	371.086	62,50%
Acção Social Trabalhadores	16.830	16.830	16.830	16.830	100,00%
Total	8.163.264	9.641.388	9.639.915	8.356.743	86,69%

Nota: A coluna (2) inclui saldos da gerência anterior, no valor de 1.223.336€.

Os projectos Comunitários continuam com acréscimo de cerca de 3%, sendo visível o acréscimo das Transferências do OE em cerca de 15%, comparativamente com a receita arrecadada em 2007 (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Análise comparada da receita, por fontes de financiamento do OF em 2007 e 2008



A totalidade do Orçamento de Funcionamento no ano de 2008 teve um acréscimo em valores absolutos de 155 947€, face à receita arrecadada no ano anterior.

5.2.3. Orçamento de investimento (PIDDAC)

Em 2008, o valor do PIDDAC corrigido disponível da FCT situou-se nos 618 219 850€.

O Quadro 19 apresenta uma síntese da respectiva execução orçamental parcial (PIDDAC).

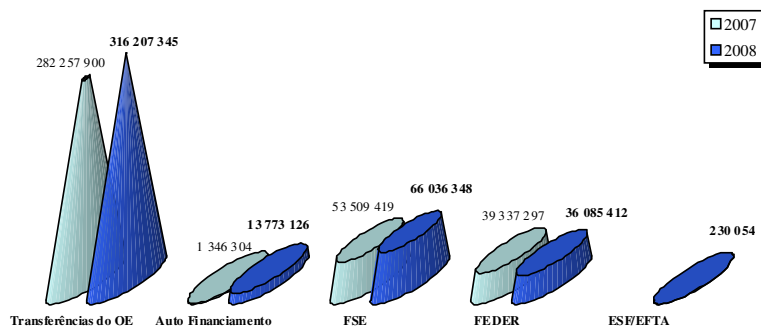
Com base no Gráfico 28 e ao comparar os dois anos em questão, verifica-se que relativamente à receita cobrada existem aumentos significativos, na quase totalidade, dos diversos factores em análise.

Quadro 19 - Síntese da execução do PIDDAC - por fontes de financiamento em 2008

Fonte de financiamento	Orçamento		Receita cobrada	Despesa paga	Grau de execução
	Inicial	Corrigido c/cativação			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=4/3
Transferências do OE	342 875 000	316 207 361	316 207 345	312 269 908	98,75%
FEDER	162 495 155	164 313 580	36 085 412	35 920 957	99,54%
FSE	65 715 570	116 173 572	66 036 348	65 976 067	99,91%
ESF/EFTA	334 779	396 991	230 054	227 230	98,75%
Auto financiamento	2 297 461	21 128 346	13 773 126	12 800 998	92,94%
Total	573 717 965	618 219 850	432 332 285	427 195 160	98,81%

Nota: A coluna (2) inclui saldos da gerência anterior, no valor de 3 488 390€.

Gráfico 28 - Análise comparada da receita, por fontes de financiamento do PIDDAC em 2007 e 2008



As Transferências do OE apresentam um acréscimo de cerca de 13%. Ao nível da comparticipação comunitária, o acréscimo verificado no FSE foi de 23% e o FEDER aumentou em 8%.

Também no auto financiamento se verificou um acréscimo bastante elevado.

Constata-se que o Orçamento de Investimento cresceu s face ao ano de 2007 em todas as Fontes de Financiamento.

5.3. Equipamentos

Embora o montante inscrito no orçamento privativo corrigido para aquisição de bens de capital fosse de € 565.576,00, considerando-se o conjunto da contrapartida nacional e comunitária, o orçamento utilizável após incidência da cativação situou-se nos € 438,356,00.

Com uma receita cobrada de apenas € 413,126,00, efectuaram-se pagamentos no valor de € 348.098,00, a que corresponde uma taxa de execução de 84,26%.

A fim de dotar os diferentes serviços da FCT com os bens e equipamentos necessários a assegurar a qualidade do desempenho, promoveram-se diversas aquisições, de que se referem algumas no Quadro 20.

Quadro 20 – Aquisições efectuadas em 2008

Designação	Quantidade
Software diverso	12
Servidor	8
Wireless	2
Computador	27
Computador/Monitor	17
Monitor	26
Teclado	44
Rato	35
Disco Rígido	4
Impressora	7
Unidade de alimentação	5
ASA Appliance	2
Chassis porta discos	2
Console switch server	2
Gravador/Leitor DVD-RW	8
Switch hub	3
UPS	1
Processador CPU	2
Armário metálico para bastidor	8
Porta CPU	20
Aparelho de ar condicionado	6
Quadro de controlo para ar condicionado	3
Secretária	11
Cadeira	36
Bloco de gavetas	17
Bengaleiro	4
Candeeiro	1
Videoprojector	2

6. Nota final

As actividades da FCT bem como o desempenho dos seus dirigentes e demais colaboradores seriam beneficiados com a introdução de melhorias em várias vertentes que a seguir se referem, embora de uma maneira não exaustiva.

Vertente de Recursos Humanos

- Número insuficiente de recursos humanos para assegurar as actividades;
- Assegurar a vinculação de ex-bolseiros de gestão de C&T no sentido de beneficiar da sua formação e das capacidades adquiridas na área;
- Incentivar a frequência de acções de formação nomeadamente nas áreas da gestão da C&T, micro-informática e línguas estrangeiras.

Vertente de Informática

- Desenvolvimento de ferramentas informáticas de suporte à gestão de projectos;
- Ligação em rede dos serviços da FCT;
- Prosseguir com a modernização e actualização dos equipamentos informáticos.

Vertente de Instalações

- Melhorar a qualidade das instalações em matéria de espaço e de equipamentos;